

Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O mito das reformas 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Taxação deve levar em conta dividendos e impostos de empresas 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

O futuro das holdings no planejamento patrimonial e sucessório (Visão do Direito)
..... 6

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso volta do Carnaval com Orçamento, eleições, segurança pública e reforma do IR na
pauta 8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Trump em estado bruto (Editorial) 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entenda a função das tarifas, como as aplicadas pelos EUA 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O eloquente silêncio de Tarcísio ante Trump (Artigo) 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guerra tarifária obscurece expectativas dos mercados (Editorial) 15

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula conta com pacote de crédito para recuperar popularidade, mas pode colher inflação
..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasil começa a negociar com EUA 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Focus mantém projeção de dólar 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado mantém previsão de 5,65% para o IPCA 24

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Trump faz renascer riscos que todos julgavam superados (Editorial) 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Trump contra o mundo inteiro - MÍRIAM LEITÃO	26
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Com tarifaço de Trump, Brasil pode ganhar com agro, calçados e têxteis.....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Em 2024 forte, PIB ruma para desaceleração no 4º tri.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
'COP é chance única para Brasil se tomar líder global em clima'.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA POLÍTICA	
Mais três ministérios entram na mira de Lula.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Lula começa reforma pela "cozinha" e dá prioridade à isenção do IR.....	38
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO SEGURIDADE SOCIAL	
Previdência também precisa de reformas, mas... (Artigo).....	40
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS SAQUE ANIVERSÁRIO	
Começa nesta quinta pagamento especial do saque-aniversário do FGTS.....	42

O mito das reformas

Utopias são, ao mesmo tempo, mobilizadoras e fontes de frustrações, justamente porque correspondem a idealizações nem sempre viáveis, por deficiência de concepção ou pela ocorrência de fatores fortuitos.

Implicam, quase sempre, a construção de mitos. Um mito comum e sedutor é o das reformas, porque é um conceito indeterminado, que se presta a mistificações.

Qualquer disfunção em sistemas eleitorais, partidários, tributários e outros sistemas públicos, que governam as relações entre Estado e sociedade, estimula a proposição de reformas, que de antemão servem como um bálsamo para a disfunção.

É claro que reformas são indispensáveis à evolução dos sistemas públicos, para incorporar novos objetivos e ajustar-se a novas circunstâncias. Reformas são, portanto, processos, e não eventos.

Esse entendimento, embora pareça óbvio, não é. Quantas vezes se proclama a necessidade de reformas salvíficas sem ao menos conhecer sua própria natureza?

Por resultar em mudanças, reformas demandam método.

A irreflexão e o improviso podem produzir efeitos danosos, de diferentes magnitudes e naturezas.

O ponto de partida de qualquer reforma é conhecer claramente os problemas que a motivam, sem a invocação de chavões ou de experiências em outros países, com contexto cultural distinto. Miguel Reale (Por uma Constituição Brasileira, de 1985) dizia: "Não é apenas no organismo biológico que se manifesta o fenômeno da rejeição. Todo transplante, mesmo no organismo social, importa rejeição, dadas as peculiaridades de cada comunidade".

Conhecidos os problemas, deve-se proceder à distinção entre o que reformar e o que não reformar.

A partir daí, buscar soluções viáveis, com menor potencial de danos colaterais, a serem implementadas gradualmente e mediante ajustes e reajustes, na esteira das engenharias parcelares de Karl Popper (A Miséria do Historicismo, de 1957).

Soluções disruptivas, que desconhecem as referências do passado, são em geral desastrosas. Mesmo as não disruptivas, quando feitas impulsivamente, podem ser

contraproducentes, a exemplo das mudanças nos **tributos**, gastos públicos e Orçamento, introduzidas pela Constituição de 1988, e, por via infraconstitucional, na legislação que trata do financiamento dos partidos e das eleições.

Essas mudanças comprometeram gravemente a governabilidade do País.

A **reforma tributária** do consumo percorreu caminhos temerários, com participação robusta de lobbies, vários condicionantes e virtuais conflitos. Aguardemos, atentamente, o desenrolar dos acontecimentos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Taxação deve levar em conta dividendos e impostos de empresas

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta De Brasília

Para passar a cobrar Imposto de Renda sobre dividendos, o governo vai se inspirar no modelo utilizado na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), disse ao Valor um integrante da equipe econômica. Lá, os **impostos** pagos pela empresa e aqueles recolhidos sobre dividendos são considerados de forma conjunta.

Essa medida é parte da reforma do IR que o governo pretende enviar em breve ao Congresso. O centro da proposta é a elevação do limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para R\$5 mil.

Esse aumento provocará perda de arrecadação da ordem de R\$ 35 bilhões, o que será compensado com a instituição de taxa mínima de até 10% para os que ganham mais de R\$ 50 mil ao mês - aí incluídas todas as rendas, inclusive dividendos.

A fonte comentou ser muito comum os países analisarem em conjunto a tributação da fonte pagadora (a empresa) com a tributação de quem recebe (o sócio). "Faz sentido", disse.

As pessoas de renda mais elevada recolhem pouco imposto como pessoa física no Brasil, se comparadas aos assalariados, que são tributados na fonte, disse. Mas, explicou, existe a taxa da empresa, que precisa ser levada em conta. Quando isso é feito, a tributação dos ricos não é tão baixa assim.

O Valor ouviu tributaristas para saber como a OCDE cobra **impostos** sobre dividendos. "Existem vários modelos possíveis", disse Daniel Loria, sócio do escritório Loria Advogados e ex-diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** (Sert). Ele disse não saber como a **Receita Federal** vai acoplar regras da OCDE à reforma do IR.

No geral, afirmou, os países taxam a distribuição de dividendos, mas concedem um crédito tributário pelos **impostos** pagos pela empresa da qual a pessoa é proprietária ou sócia. Se o modelo fosse aplicado ao Brasil, os dividendos recebidos poderiam ser tributados em até 27,5%, conforme a tabela do IRPF, e haveria um crédito pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) recolhidos pela empresa,

explicou.

No entanto, os países da OCDE têm abandonado esse modelo que pressupõe a concessão de crédito tributário por outro. "A alíquota é dividida", explicou a tributarista Helena Trentini, que atuou na OCDE e hoje é sócia do escritório Heleno Torres Advogados.

A Irlanda, por exemplo, taxa o lucro da empresa em 12% e os dividendos em 51%. A Lituânia usa uma combinação mais equilibrada: 15% na empresa e 15% no dividendo.

O objetivo dos países é reduzir a tributação sobre o lucro das empresas, de forma a estimular a atividade econômica, disse a especialista.

Ela lamentou que, no Brasil, essa discussão ocorra num cenário em que o governo precisa elevar a arrecadação para compensar o déficit gerado pela elevação da faixa de isenção. O risco, disse, é haver apenas a instituição tributação sobre dividendos, sem olhar para a tendência mundial de redução do Imposto de Renda sobre as empresas.

Aqui, a renda das empresas é tributada em 34%, somando as alíquotas do IRPJ e da CSLL. "É muito alta", afirmou. Estados Unidos, Reino Unido e Holanda, por exemplo, cobram 25%.

Se, aos 34% for acrescentada uma tributação sobre dividendos, o resultado será "uma alíquota totalmente desvirtuada, que não tem em nenhum país do mundo", apontou a tributarista.

Os resultados fiscais dessa mudança são incertos, observou Trentini. "Não se sabe quanto poderá ser arrecadado sobre dividendos, porque muitas empresas simplesmente vão deixar de distribuí-los."

Além disso, informou, a alíquota brasileira é alta porque em 1995 a tributação dos dividendos - que existia até então - foi fundida com a alíquota cobrada da pessoa jurídica. Essa mudança, feita para facilitar a fiscalização, concentrou a tributação na empresa e deixou a distribuição dos dividendos livres de taxa.

É por isso que especialistas afirmam não ser verdade que a distribuição de dividendos é isenta no Brasil. "É mentira", afirmou o advogado Tiago Conde Teixeira,

sócio do escritório SCMD. "Dividendos são, sim, tributados, só que são tributados na pessoa jurídica."

Dessa forma, na sua visão, a taxaço sobre a distribuição sobre dividendos na pessoa física, como pretende o governo, seria uma bitributaço: o mesmo imposto cobrado sobre a mesma base duas vezes. "Isso é inconstitucional."

A vantagem do modelo de alíquota dividida da OCDE sobre o que existe hoje no Brasil é dar mais incentivo ao reinvestimento, explicou Trentini. Hoje, do ponto de vista da tributaço, é indiferente se o lucro é utilizado para expandir a empresa ou para distribuir aos sócios. "Ele já foi tributado em 34%", ressaltou.

Se a alíquota fosse dividida entre empresa e acionistas como é feito na OCDE, a alíquota cobrada sobre o lucro da empresa seria menor. Ela dá um exemplo: se a empresa tem lucro de R\$ 100 e a taxaço é de 25%, então ela pagaria R\$ 25 em **impostos** e sobram R\$ 75. Se a opção for por reinvestir, não há mais taxaço sobre os R\$ 75. Se, por outro lado, forem distribuídos como dividendos, então haveria uma tributaço adicional, da ordem de 15%.

Nesse caso, sobrariam mais recursos para reinvestir, e esses já estariam livres de outra tributaço. Se, por outro lado, a opção for distribuir dividendos, esses sofreriam mais uma taxaço.

Risco para contas públicas

A ideia de elevar o limite de isenço do IRPF para R\$ 5 mil é vista por especialistas como um risco para as contas públicas, pois não é possível prever o resultado das discussões no Congresso. Líderes já se manifestaram de forma contrária ao aumento de **impostos**, independentemente que seja para a alta renda. Nesse caso, há risco de a perda de arrecadaço não ser totalmente compensada, diferentemente do que vem defendendo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Além da insegurança na frente fiscal, há também uma contraposição entre o novo limite de isenço e a estratégia do Banco Central para combater a **inflaço**.

Na avaliação de Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, no atual cenário de mercado de trabalho aquecido, essa maior propensão ao consumo, com a isenço, significaria sim uma pressão inflacionária maior, já que haverá impacto direto no consumo da classe média. "Para 2026, no entanto, ainda é cedo para estimar, pois vai depender de como será a evolução da atividade e da geração de empregos ao longo do ano", ponderou.

"Aumento de gastos, seja em maiores transferências, seja reduço do imposto sobre a renda, em uma economia próxima da sua capacidade não vai gerar crescimento, apenas mais **inflaço**", comentou.

Felipe Salto, sócio e economista-chefe da Warren Rena, avaliou que, mesmo havendo neutralidade fiscal, "os efeitos líquidos sobre a demanda da economia seriam possivelmente positivos, pressionando **inflaço**".

Isso porque a compensaço, ele analisou, ainda que venha em montantes suficientes, pode acabar incidindo em uma fatia da população mais rica.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

O futuro das holdings no planejamento patrimonial e sucessório (Visão do Direito)

Opinião +

Por Luís Eduardo Tavares dos Santos* e Jaqueline Cristine Fressato** - Com a sanção da **Reforma Tributária** e a publicação da Lei Complementar 214/2025, questionamentos surgiram quanto à viabilidade e à relevância da manutenção das empresas patrimoniais, conhecidas como holdings, ou sobre a implementação de novas estruturas similares como instrumento de planejamento patrimonial e sucessório.

Do ponto de vista fiscal, para avaliar a viabilidade dessas estruturas, é necessário considerar elementos, como o número de imóveis sob propriedade ou a serem integralizados na holding, as partes envolvidas nas transações (pessoa física ou jurídica) e os regimes de tributação adotados (neste primeiro momento, o regime regular de IBS/CBS ou o regime de transição).

No caso das holdings já constituídas, aquelas com contratos de locação firmados até a data de publicação da lei possuem a escolha entre aderir ao regime de transição, com alíquota já estabelecida, ou aguardar a definição das alíquotas definitivas no regime regular e se valer da possibilidade de aproveitamento de créditos tributários. Essa decisão requer cautela, pois em determinados casos, o regime regular pode se revelar mais vantajoso do que o transitório.

Para as pessoas físicas, as novas regras trazem exceções relevantes, isentando da incidência do IBS/CBS aquelas que não exercem atividade econômica imobiliária, ou seja: no caso de locação, aqueles que possuem rendimentos provenientes de aluguel inferiores a R\$ 240 mil (corrigido pelo IPCA) e que não tenham por objeto mais de três bens imóveis distintos; e, no caso de alienação, aqueles que não venderem mais de três imóveis distintos no ano-calendário anterior, ou mais de um imóvel construído nos cinco anos anteriores à data da venda.

Assim, mesmo nesses casos, é necessário analisar cuidadosamente os fatores que poderiam enquadrar o contribuinte nas hipóteses de incidência previstas pela legislação, e, para muitos contribuintes, a tributação na pessoa física ainda será mais onerosa do que na pessoa jurídica, principalmente no caso daquelas pessoas físicas que se enquadrarem como

contribuintes no regime regular de IBS/CBS.

Ressalta-se que, para as pessoas físicas, também deve ser avaliada a possibilidade de aproveitar as deduções permitidas no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), além de outros elementos que possam impactar a carga tributária. Embora as recentes alterações legislativas tragam maior complexidade ao planejamento patrimonial, até o momento não inviabilizaram - e provavelmente não irão inviabilizar - o uso de holdings como instrumento estratégico. Mas, a avaliação deve ser feita caso a caso.

Além disso, aquele que pretende constituir uma holding ou avaliar a viabilidade de manutenção da estrutura deve considerar também os demais benefícios oferecidos. Entre eles, destacam-se a facilitação do processo sucessório, a implementação de regras claras de governança corporativa, prevenindo litígios entre os herdeiros e a possibilidade de maior proteção e organização do patrimônio familiar.

Outro aspecto relevante é que as holdings frequentemente são utilizadas como ferramenta para antecipar a sucessão por meio da doação de quotas. Nesse contexto, cabe destacar que o PLP 108/2024, que propõe alterações no ITCMD, ainda se encontra em tramitação e muitos estados ainda não adaptaram suas legislações para implementar a tabela progressiva de alíquotas, conforme previsto na Emenda Constitucional 132, o que configura uma janela de oportunidade em alguns estados, como São Paulo.

Assim, embora ainda seja cedo para afirmar quais estratégias serão mais vantajosas a longo prazo, a lição é clara: não há uma fórmula única para a organização eficiente e segura do patrimônio. Seja para instituir um novo planejamento seja para antecipar a sucessão, o recomendável no momento é realizar uma análise detalhada de cada caso, avaliando os prós e contras de cada situação.

*Advogado e sócio em RBTSSA, especializado em direito de família e direito das sucessões

**Advogada em RBTSSA, especializada em direito tributário

Por Luís Eduardo Tavares dos Santos* e Jaqueline Cristine Fressato** - Com a sanção da **Reforma Tributária** e a publicação da Lei Complementar 214/2025, questionamentos surgiram quanto à viabilidade e à relevância da manutenção das empresas patrimoniais, conhecidas como holdings, ou sobre a implementação de novas estruturas similares como instrumento de planejamento patrimonial e sucessório.

Do ponto de vista fiscal, para avaliar a viabilidade dessas estruturas, é necessário considerar elementos, como o número de imóveis sob propriedade ou a serem integralizados na holding, as partes envolvidas nas transações (pessoa física ou jurídica) e os regimes de tributação adotados (neste primeiro momento, o regime regular de IBS/CBS ou o regime de transição).

No caso das holdings já constituídas, aquelas com contratos de locação firmados até a data de publicação da lei possuem a escolha entre aderir ao regime de transição, com alíquota já estabelecida, ou aguardar a definição das alíquotas definitivas no regime regular e se valer da possibilidade de aproveitamento de créditos tributários. Essa decisão requer cautela, pois em determinados casos, o regime regular pode se revelar mais vantajoso do que o transitório.

Para as pessoas físicas, as novas regras trazem exceções relevantes, isentando da incidência do IBS/CBS aquelas que não exercem atividade econômica imobiliária, ou seja: no caso de locação, aqueles que possuem rendimentos provenientes de aluguel inferiores a R\$ 240 mil (corrigido pelo IPCA) e que não tenham por objeto mais de três bens imóveis distintos; e, no caso de alienação, aqueles que não venderem mais de três imóveis distintos no ano-calendário anterior, ou mais de um imóvel construído nos cinco anos anteriores à data da venda.

Assim, mesmo nesses casos, é necessário analisar cuidadosamente os fatores que poderiam enquadrar o contribuinte nas hipóteses de incidência previstas pela legislação, e, para muitos contribuintes, a tributação na pessoa física ainda será mais onerosa do que na pessoa jurídica, principalmente no caso daquelas pessoas físicas que se enquadrarem como contribuintes no regime regular de IBS/CBS.

Ressalta-se que, para as pessoas físicas, também deve ser avaliada a possibilidade de aproveitar as deduções permitidas no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), além de outros elementos que possam impactar a carga tributária. Embora as recentes alterações legislativas tragam maior complexidade ao planejamento patrimonial, até o momento não inviabilizaram - e provavelmente não irão inviabilizar -

o uso de holdings como instrumento estratégico. Mas, a avaliação deve ser feita caso a caso.

Além disso, aquele que pretende constituir uma holding ou avaliar a viabilidade de manutenção da estrutura deve considerar também os demais benefícios oferecidos. Entre eles, destacam-se a facilitação do processo sucessório, a implementação de regras claras de governança corporativa, prevenindo litígios entre os herdeiros e a possibilidade de maior proteção e organização do patrimônio familiar.

Outro aspecto relevante é que as holdings frequentemente são utilizadas como ferramenta para antecipar a sucessão por meio da doação de quotas. Nesse contexto, cabe destacar que o PLP 108/2024, que propõe alterações no ITCMD, ainda se encontra em tramitação e muitos estados ainda não adaptaram suas legislações para implementar a tabela progressiva de alíquotas, conforme previsto na Emenda Constitucional 132, o que configura uma janela de oportunidade em alguns estados, como São Paulo.

Assim, embora ainda seja cedo para afirmar quais estratégias serão mais vantajosas a longo prazo, a lição é clara: não há uma fórmula única para a organização eficiente e segura do patrimônio. Seja para instituir um novo planejamento seja para antecipar a sucessão, o recomendável no momento é realizar uma análise detalhada de cada caso, avaliando os prós e contras de cada situação.

*Advogado e sócio em RBTSSA, especializado em direito de família e direito das sucessões

**Advogada em RBTSSA, especializada em direito tributário

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/03/7077318-o-futuro-das-holdings-no-planejamento-patrimonial-e-sucessorio.html>

Congresso volta do Carnaval com Orçamento, eleições, segurança pública e reforma do IR na pauta

Por Kevin Lima, Luiz Felipe Barbiéri, Marcela Cunha, g1 - Brasília

O Congresso abriu o ano legislativo no começo de fevereiro, mas funcionou em velocidade baixa ao longo do último mês.

Sob o comando de Davi Alcolumbre (União-AP), o Senado teve somente uma sessão de votação. Os deputados, por outro lado, se limitaram a discutir somente temas de consenso, empurrando pautas consideradas polêmicas para depois do Carnaval.

O calendário dos parlamentares começa de fato depois do Carnaval, repetindo a tradição das Casas.

No pós-Carnaval, o Orçamento de 2025 será a prioridade número um do Congresso. A destinação dos recursos da União está travada desde o ano passado por causa de uma disputa jurídica em torno de emendas parlamentares.

Depois de meses de idas e vindas, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, no último dia 3, um plano de trabalho para liberar o pagamento e dar transparência às emendas. O documento, apresentado pelo Congresso e pelo governo, possibilitará a adequação do novo Orçamento às regras e o desbloqueio do debate no Congresso.

Os próximos meses também devem dar espaço a uma outra tradição na Câmara e no Senado: mudanças nas regras eleitorais. Para que as novas legislações sejam aplicadas já em 2026, os parlamentares terão de aprovar as propostas até a primeira semana de outubro.

A mais de um ano das eleições de 2026, o Congresso já começa a discutir uma reforma profunda na legislação eleitoral e mudanças que podem impactar na maneira com a qual são eleitos deputados e vereadores.

Também deve estar no radar a segunda parte da regulamentação da **reforma tributária**, além de outras propostas econômicas e de combate ao crime organizado.

A agenda do governo deve priorizar a aprovação, na Câmara e no Senado, do projeto que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda. O Planalto aposta na medida como um trampolim para a popularidade de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Já o grupo de oposição a Lula elegeu como prioridade para os próximos meses o avanço da discussão da proposta que perdoa condenações criminais de vândalos golpistas.

Entenda mais abaixo sobre as pautas do Congresso em 2025:

A principal agenda do Congresso deve ser concluída, com atraso, ainda em março. Enviado pelo governo em agosto do ano passado, o Orçamento de 2025 ficou travado por meses em meio aos bloqueios do STF à execução de emendas parlamentares.

Sem a aprovação da peça orçamentária no fim do último ano, o governo federal tem trabalhado com uma liberação reduzida de recursos para manter a máquina pública em funcionamento.

O relatório final do Orçamento deste ano, que está nas mãos do senador Angelo Coronel (PSD-BA), ainda não foi apresentado. O documento trará o montante - ainda desconhecido - que será destinado às emendas de comissão, que não têm execução obrigatória.

A expectativa de Coronel é que a peça seja aprovada, em sessão conjunta do Congresso, no dia 18 de março.

A análise do Orçamento de 2025 foi destravada com a homologação, pelo Supremo, de um plano para dar transparência às emendas parlamentares.

A decisão unânime do plenário da Corte derrubou impedimentos para o pagamento das indicações de recursos dos parlamentares neste ano e em anos anteriores.

Deputados e senadores se preparam para discutir uma reforma do Imposto de Renda. O assunto foi colocado

em pauta pelo Palácio do Planalto, que prometeu enviar ao Congresso um projeto para ampliar a faixa de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais.

A reforma da tributação sobre a renda é uma das apostas do governo para recuperar a popularidade de Lula, que está em queda desde o início do ano.

Para lideranças partidárias da Câmara e do Senado, a pauta econômica do Congresso também deve contemplar outros temas apresentados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Está na lista, por exemplo, o projeto que combate supersalários e regulamenta as exceções ao teto salarial do funcionalismo público.

A segunda etapa de regulamentação da **reforma tributária** deve começar a ser discutida pelo Senado.

O texto, que cria as regras para a gestão compartilhada entre estados e municípios do IBS, o novo imposto sobre consumo que substitui ICMS (estadual) e ISS (municipal), já foi aprovado pela Câmara.

A oposição planeja ampliar os esforços para colocar em pauta o projeto que perdoa condenações criminais de vândalos que depredaram as sedes dos Três Poderes em 2023.

O texto mais avançado está na Câmara dos Deputados e aguarda análise de uma comissão especial, que ainda não foi instalada. Novo presidente da Casa, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) tem evitado se comprometer com a proposta, que não é unanimidade dentro do colégio de líderes.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem pressionado também que parlamentares aliados coloquem em discussão uma proposta que muda a Lei da Ficha Limpa.

A proposta, que está na Câmara, reduz, de oito para dois anos, o período de inelegibilidade de políticos condenados por três tipos de conduta:

Bolsonaro está inelegível por ter sido condenado justamente por duas destas condutas: abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

Os líderes do Congresso também apostam que projetos sobre segurança pública e combate ao crime organizado devem protagonizar as pautas da Câmara e do Senado.

O assunto é visto como importante para impulsionar

candidatos na disputa eleitoral de 2026.

O Planalto tenta acordo para aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que integra as forças de segurança do país. A PEC enfrenta resistência de parlamentares de oposição e ainda não foi enviada ao Congresso.

A Câmara e o Senado também devem se voltar à discussão de novas regras eleitorais. Para que as mudanças sejam válidas nas eleições de 2026, as propostas precisarão estar aprovadas e sancionadas por Lula até a primeira semana de outubro.

Do lado dos deputados, Hugo Motta já comunicou que deve criar, depois do Carnaval, uma comissão especial para discutir uma reforma eleitoral.

Um dos temas que deve ser discutido pelo colegiado é um projeto que altera a forma como são eleitos deputados e vereadores e cria o sistema distrital misto.

Já no Senado, o debate deve ser centrado na proposta que cria um novo Código Eleitoral. O texto está travado desde o ano passado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. O novo presidente do colegiado, senador Otto Alencar (PSD-BA), já declarou, porém, que a análise da proposta será prioritária em 2025.

O retorno do Carnaval deve ser de negociação política na Câmara. Ao longo da próxima semana, os líderes da Casa devem avançar na distribuição de comandos das comissões permanentes.

Hugo Motta pretende abrir os trabalhos dos colegiados ainda em março. Antes disso, porém, as lideranças devem discutir possíveis mudanças no regimento interno da Câmara que podem impor mudanças na maneira com a qual são eleitos os presidentes das comissões.

O texto, que também pode trazer mudanças nas regras do regime de urgência - utilizado para acelerar a análise de propostas -, deve ser pauta da próxima reunião de líderes, marcada para a próxima quinta-feira (13).

A Câmara e o Senado também devem retomar as comissões mistas de análise de medidas provisórias. Ao longo das gestões de Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a existência desses colegiados foi alvo de disputa política entre as Casas.

Lira defendia que era preciso acabar com a análise das MPs pelas comissões; Pacheco, que a volta dos colegiados era necessária para garantir maior debate e participação de senadores na análise dos textos.

Em fevereiro, Alcolumbre comunicou aos líderes do Senado que Motta concordou em retomar as comissões mistas de MPs.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/06/congresso-volta-do-carnaval-com-orcamento-eleicoes-seguranca-publica-e-reforma-do-ir-na-pauta.ghtml>

Trump em estado bruto (Editorial)

O primeiro pronunciamento presidencial anual no Congresso americano de Donald Trump em seu novo mandato foi um sucesso - ao menos para os fins almejados por ele. Ecoando o discurso de posse - que por sua vez ecoou os comícios de campanha -, o pronunciamento foi calculado para humilhar os democratas, intimidar republicanos, unir o movimento trumpista Maga, mas, acima de tudo, celebrar o próprio Trump. Por isso, considerando os fins almejados pela Constituição - um diagnóstico ao Congresso acompanhado de recomendações - e pela tradição - uma demonstração cerimonial de unidade entre os Poderes -, o discurso foi um desastre.

Como bom populista, Trump invocou agendas populares: ampliar a produção de petróleo, cortar gastos perdulários da burocracia federal, reduzir **impostos**, deportar imigrantes que violam leis, proibir cirurgias de mudança de sexo em crianças e a participação de mulheres transgênero em esportes femininos.

São políticas que o ajudaram a vencer o voto popular e os republicanos a vencer a Câmara e o Senado, e o fato de que os democratas ainda não aceitam que essas agendas têm amplo apoio da população só mostra por que perderam.

Trump pretende reduzir tudo a uma luta de classes - a classe trabalhadora, defendida pelos republicanos, contra as elites identitárias entranhadas na administração pública.

Mas se Trump é mais popular do que os democratas gostariam, é menos do que ele imagina. Ao contrário do que sugerem suas mentiras e hipérboles, ele é relativamente impopular num início de mandato, com menos de 50% de aprovação.

É revelador que em seu longuíssimo discurso Trump tenha se omitido justamente sobre o tema de campanha que mais machucou os democratas. Com seis semanas de governo, Trump continua atribuindo a culpa pela **inflação** - como, de resto, por tudo de ruim no país - ao governo de Joe Biden, sem contudo dar nenhuma pista de como pretende reduzi-la.

Ao contrário, ele impôs 25% de tarifas ao Canadá e ao México e mais 10% sobre a China, sob o argumento de que protegerão a "alma da nação" e, como num passe de mágica, resolverão problemas como o narcotráfico. O mercado de ações caiu, pela óbvia razão de que as tarifas contra México e Canadá são

inexplicáveis, e os economistas projetam mais **inflação**, prejuízos para a indústria e para os exportadores agrícolas e ampla disrupção nas cadeias globais de produção. Trump diz que será só um "pequeno distúrbio", mas logo deve descobrir que para os eleitores, sobretudo para a classe trabalhadora, o distúrbio é imenso.

No front externo, Trump não terminou a guerra da Ucrânia em 24 horas, como prometeu, mas está perto disso.

Só que o que chama de "paz" são a capitulação da Ucrânia e o triunfo da Rússia, isto é, um interlúdio para novas guerras. Os americanos muito provavelmente não votaram para que seu presidente impusesse indiscriminadamente tarifas sobre aliados, e menos ainda para que alienasse aliados, como faz com os europeus, e reabilitasse adversários, como faz com a Rússia.

Mais significativa que os conteúdos presentes ou ausentes no discurso foi a posição de seu destinatário. Nunca o Congresso pareceu tão irrelevante.

Trump falou muito do que fez e pouco do que fará, mas, em todo caso, promove poucas negociações com o Congresso, o que sugere escassa confiança na maioria republicana.

De fato, o protecionismo comercial e o desmonte da aliança transatlântica podem ser populares entre os trumpistas, mas não entre os republicanos tradicionais.

Que a escolhida pelos democratas para responder ao discurso de Trump, a senadora Elissa Slotkin, uma moderada, tenha concentrado suas críticas nesses pontos sugere que um exame de consciência pós-eleições pode estar surtindo frutos. Um governo construído sobre ordens executivas pode ser bombástico, mas também efêmero. Outra legislatura pode revertê-las rapidamente.

Por isso, Trump tem pressa e submeterá os freios e contrapesos da república americana a um teste de estresse. Seu discurso no Congresso mostra isso. Nessa toada, muitos desses freios e contrapesos podem quebrar irremediavelmente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Entenda a função das tarifas, como as aplicadas pelos EUA

O que são as tarifas?

Tarifas são **impostos** sobre mercadorias importadas. Geralmente são cobradas como uma porcentagem do preço que um comprador paga a um vendedor estrangeiro. Nos EUA, as tarifas são coletadas por agentes da Alfândega e Proteção de Fronteiras em 328 portos de entrada pelo país. As taxas variam: por exemplo, são geralmente de 2,5% sobre carros de passageiros e 6% sobre sapatos de golfe. Tarifas podem ser menores para países com os quais os EUA têm acordos comerciais. Antes de os EUA começarem a impor tarifas de 25% sobre produtos do Canadá e do México, a maioria das mercadorias circulava entre os três países sem tarifas, devido ao Acordo EUA-México-Canadá.

O que diz Trump sobre as tarifas?

Trump defende as tarifas, insistindo que são pagas por países estrangeiros. Na realidade, são as empresas importadoras americanas que pagam as tarifas, e o dinheiro vai para o Tesouro dos EUA. Essas empresas normalmente repassam os custos aos consumidores elevando preços. Trump afirmou que as tarifas criam mais empregos na indústria, reduzem o déficit federal, diminuem os preços dos alimentos e permitem que o governo subsidie o cuidado infantil. Durante seu primeiro mandato, Trump impôs tarifas de forma agressiva sobre painéis solares, aço, alumínio e praticamente todos os produtos da China. Ele até se autodenominou "Tariff Man" ("Homem da Tarifa"). Nos últimos anos, os EUA têm gradualmente se afastado de seu papel pós-Segunda Guerra de promover o livre comércio global e a redução de tarifas. Isso ocorre, em parte, como resposta à perda de empregos industriais nos EUA, amplamente atribuída ao comércio irrestrito e à ascensão da China como potência manufatureira.

Para que servem tarifas?

Ao aumentar o preço das importações, as tarifas podem proteger fabricantes locais. Elas também podem servir para punir países por práticas comerciais desleais, como subsidiar seus exportadores ou vender produtos a preços injustamente baixos. Antes do estabelecimento do imposto de renda federal, em 1913, as tarifas eram uma grande fonte de receita para o governo. Entre 1790 e 1860, elas representavam

90% da **receita federal**, de acordo com

Douglas Irwin, economista do Dartmouth College. No ano fiscal encerrado em setembro, o governo arrecadou cerca de US\$ 80 bilhões em tarifas e taxas, um valor pequeno em comparação aos US\$ 2,5 trilhões arrecadados com **impostos** sobre a renda individual e ao US\$ 1,7 trilhão arrecadado com **impostos** da **Previdência Social** e do Medicare.

O que dizem economistas?

Economistas tradicionais são, em geral, céticos em relação às tarifas, pois as consideram uma forma ineficiente de arrecadar receita para o governo. As tarifas aumentam os custos para empresas e consumidores que dependem de importações. Além disso, frequentemente provocam retaliação. A União Europeia, por exemplo, reagiu às tarifas de Trump sobre aço e alumínio taxando produtos americanos, como bourbon e motocicletas Harley-Davidson.

Da mesma forma, a China respondeu impondo tarifas sobre produtos dos EUA, incluindo soja e carne suína, em um esforço calculado para prejudicar seus apoiadores no meio rural. Um estudo de economistas do MIT, da Universidade de Zurique, de Harvard e do Banco Mundial concluiu que as tarifas de Trump falharam em restaurar empregos na indústria americana. com ap

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O eloquente silêncio de Tarcísio ante Trump (Artigo)

Maria Cristina Fernandes

Dois terços das exportações do Brasil para os Estados Unidos têm origem em Estados de governadores que, em 2022, se alinharam ao bolsonarismo. São Paulo sozinho é responsável por 33,6% do que o Brasil vendeu aos EUA em 2024.

A ameaça de sobretaxa sobre produtos brasileiros, agora nominada pelo presidente americano, não moveu nenhum desses governadores em defesa da economia de seus Estados. O produto de exportação que mais preocupa o bolsonarismo hoje é o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), cujo passaporte está ameaçado de apreensão pela denúncia de crime de lesa-pátria.

Neste ano, o filho do ex-presidente já esteve três vezes nos EUA. É um dos articuladores da proposta que avança no Congresso americano para barrar o ingresso no país de autoridades estrangeiras que infrinjam a "liberdade de expressão" dos EUA. Foi uma medida talhada para atingir o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, pela contenda em tomo da queda de braço com as gigantes de tecnologia daquele país. Desde a posse de Trump, os governadores bolsonaristas têm se pautado por eloquente silêncio. Aquilo que disseram naquele momento, porém, sugere que assim como na segurança pública, a aposta é de que todo o desgaste recaia sobre o governo federal.

Tomem-se, por exemplo, as manifestações do governador paulista, Tarcísio de Freitas. Depois de ter posado de boné vermelho "Make America Great Again" no clã da eleição de Trump em vídeo em que proclamava o "grande dia", o governador paulista expôs suas expectativas sobre os Estados Unidos a partir de sua posse: "Uma economia mais forte, com menos **impostos**, uma outra visão acerca da América Latina, uma postura diferente em relação às disputas comerciais que podem virar oportunidades para nós se bem lidas e aproveitadas".

Uma leitura possível, que é partilhada por integrantes bem-postos do governo brasileiro, é que Tarcísio faça cara de paisagem ante a escalada tarifária trumpista na expectativa de que o governo federal tropece nas negociações.

No Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio não se descarta, por exemplo, que haja pressão americana para o governo negociar tarifas e cotas num único balaio, que passe, por exemplo, pela manutenção da cota de exportação de aço mediante a redução daquela de etanol. Isso acabaria por semear, entre setores prejudicados, animosidade contra o governo federal sem, necessariamente, resultar em "gratidão" daqueles que tiveram seus espaços preservados - uma reprise do comportamento do eleitorado ante as políticas públicas.

O vice-presidente e titular do Midc, Geraldo Alckmin, conversará por videoconferência, nesta quinta, com o Secretário de Comércio dos EUA, Howard Lutnick. Espera-se que saia de lá com mais clareza sobre o rumo que o governo americano pretende imprimir à negociação.

México e Canadá, que ganharam um mês de prazo até a imposição dos 25%, foram informados, na quarta (5), do adiamento das tarifas sobre a indústria automobilística daqueles países, por óbvia pressão das montadoras de Detroit cuja integração com os dois países seria desmantelada pelo tarifaço.

Por isso, é possível que os governadores bolsonaristas estejam de braços cruzados na expectativa de que Trump esteja blefando. Não valeria a pena o desgaste de se confrontar com um governo que tem se mostrado útil ao ex-presidente em sua guerra com o STF - vide a participação da empresa de Trump na ação por "censura" contra Moraes na justiça americana.

Não é o que o resto do mundo tem feito. Governos, empresas, entidades empresariais têm se articulado para antever e conter os estragos da política comercial de Trump. O congoçamento público entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador paulista no lançamento do edital do túnel Santos-Guarujá não se estendeu a uma troca de figurinhas no tema.

Alckmin tem estreitado as relações com a Fiesp e a CNI, mas as cobranças das entidades sobre os governadores é tímida, para não dizer inexistente. Dias atrás, um estudo da diretoria de comércio exterior da Fiesp limitou-se a sugerir uma maior colaboração do empresariado junto ao governo federal para a

celeridade de respostas contra medidas que prejudiquem produtos brasileiros.

A cobrança sobre o governador deve vir de rociadas setoriais a serem promovidas pela Fiesp. Se comparecer, Tarcísio de Freitas será convidado a se posicionar sobre a política comercial americana e as medidas a serem tomadas pelo governo de São Paulo em defesa de sua economia.

O tema reaproxima Alckmin da elite empresarial do Estado que governou quatro vezes mas não está claro se será capaz de desfazer sua incontestada adesão às ambições políticas do governador paulista rumo ao Palácio do Planalto em 2026.

A inação dos governadores para proteger a economia e os empregos - de seus Estados em nação tem prejudicado sua imagem ante os eleitores. O governador de São Paulo tem mais que o dobro da aprovação colhida por Lula no Estado (61% x 29%) segundo a Genial/Quaest. O foco que suas redes sociais dedicam à segurança pública sugere que o governador acredite em mais dividendos decorrentes das prisões efetuadas por policiais fantasiados de Power Rangers no carnaval e não numa defesa efetiva da indústria e do agronegócio paulistas.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras. E-mail: mrcristina.fernandes@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Guerra tarifária obscurece expectativas dos mercados (Editorial)

A incerteza passou a dominar as perspectivas econômicas e políticas globais com o frenesi de centenas de ordens executivas emitidas pelo

presidente Donald Trump. As de maior impacto mundial, o início de bloqueio tarifário aos maiores parceiros comerciais dos Estados Unidos, está apenas começando, mas, computadas as ameaças já feitas por Trump, englobará qualquer país com alguma relevância comercial no mundo. Os efeitos do isolacionismo e da muralha tarifária são conhecidos, mas as mudanças nos preços cios ativos financeiros indicam mais turbulências à frente e desaceleração econômica.

As bolsas americanas já eliminaram com as últimas quedas todos os ganhos dos acionistas desde que Trump venceu as eleições. Os preços das ações continuam altos, mas passou a ser mais difícil apostar em melhores resultados econômicos das empresas quando os indicadores começam a mudar de sinal e a guerra tarifária iniciada pelo presidente republicano tende a promover um aumento significativo nos custos de produção domésticos. Além disso, as empresas de tecnologia, que dominam o índice e puxaram as altas, sofreram um baque com o programa de IA chinês DeepSeek, que colocou em xeque a equação financeira das big techs americanas, em especial a necessidade de data centers bilionários e vorazes consumidores de energia.

A valorização do dólar, uma consequência dos aumentos de preços esperados com os aumentos tarifários e, em consequência, a manutenção de juros altos pelo Federal Reserve, ainda não entrou em cena. Ao contrário, o dólar perdeu 1% do valor apenas na terça-feira, diante de uma cesta de moedas dos países com os quais mais comercia. No Brasil, o real esteve ontem entre as divisas que mais ganharam força ante o dólar entre 33 países.

Há motivos pontuais para isso, como o fato de Trump ter acionado a aplicação de tarifas sobre automóveis vindos dos países taxados vizinhos, Canadá e México. Trump parece ter descoberto que, pelo acordo de livre comércio, peças, componentes e outros itens utilizados na fabricação de carros entravam sem gravames nos EUA e passariam a pagar 25%. A empresa de rating S P estimou que isso aniquilaria de 10% e 25% do Ebitda (lucro antes de **impostos**, juros,

depreciação e amortização) das montadoras. Elas, por exemplo, consumiriam todo o lucro da GM.

Mas há motivos que podem se concretizar e se tomarem mais relevantes. As expectativas de que a economia americana permaneceria sólida e com bom crescimento começam a desvanecer após a enxurrada tarifária. Os gastos de consumo recuaram em janeiro, os índices de confiança seguiram o mesmo caminho e os serviços, segundo o ISM Composite (índice cios gerentes de compras que computa desempenho da indústria e setor terciário) parou de crescer, no que foi acompanhado pelos preços. Serviços compõem dois terços do **PIB** americano.

O Federal Reserve de Atlanta previu uma contração forte da economia americana no primeiro trimestre. Os dados de investimento empresarial apontam queda. Como os juros vão reagir no futuro é uma enorme incógnita. Os investidores, que esperavam só mais um corte nas taxas até o fim do ano, após a última reunião do Fed em janeiro e boa parte deles, nenhuma -, passaram a ver mais chances de duas reduções no ano. Por outro lado, a Moody's vê a possibilidade nada desprezível de os EUA entrarem em estagflação, a péssima combinação de baixa expansão com **inflação** alta-as tarifas, na magnitude e extensão colocadas por Trump, poderiam ter esse efeito. Seria a primeira vez em meio século (década de 70) que isso ocorreria. Uma das consequências é que os juros não cairiam para impedir o esfriamento das atividades, mas, ao contrário, subiriam para deter a alta dos preços.

No caso de estagflação americana, com juros altos, as políticas monetárias de países como o Brasil se manteriam pressionadas, e o dólar poderia ter algum ímpeto de valorização, dando fôlego à **inflação** fora dos EUA. Por outro lado, esse seria mais um fator adicional de desaceleração econômica global e de perda de fôlego das exportações americanas. Nesse cenário, Trump, que queria pôr fim ao déficit comercial americano e atribuiu toda a culpa da **inflação** ao antecessor Joe Biden, não fechará o saldo negativo comercial e colherá **inflação** alta. A política fiscal de Trump pode jogar mais combustível aos preços, pois será expansionista em um país cujo déficit anual é de 6,4% do **PIB**, ou US\$ 1,8 trilhão.

No caso do Brasil, há boas e más notícias. A China, em retaliação, taxou os bens agrícolas dos EUA,

abrindo mais espaço para commodities brasileiras. Mas os EUA estão perto de sacramentar tarifas sobre o aço do Brasil, seu segundo maior fornecedor. Trump tem dado cada vez mais indícios de que aplicará "reciprocidade" às tarifas brasileiras, que são altas. Como um país relativamente fechado e pouco competitivo, a guerra tarifária não tende a causar graves danos à economia brasileira. Os efeitos financeiros da reviravolta provocada por Trump podem trazer mais estragos, pois as contas fiscais estão fora de ordem. Ainda há tempo para consertar esta falha.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Lula conta com pacote de crédito para recuperar popularidade, mas pode colher inflação

O lançamento de um pacote de medidas de crédito é a mais nova promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para manter a economia crescendo bem e tentar colher os frutos para melhorar a sua popularidade.

Técnicos da equipe econômica e especialistas, porém, têm ressalvas em relação ao timing dos anúncios, mesmo em relação a iniciativas consideradas estruturalmente positivas, como a reformulação do consignado privado.

Isso porque o incentivo ao mercado de crédito vai na contramão do esforço do Banco Central (BC) para esfriar a economia e controlar a **inflação** - um dos problemas que têm minado as avaliações positivas do governo. O risco é o pacote de crédito gerar mais **inflação** e juros, frustrando as expectativas do Planalto.

Além do crédito, o governo editou uma medida provisória (MP) liberando recursos travados no **FGTS**, o que terá um impacto de R\$ 12 bilhões.

Lula falou em três medidas de crédito, mas só uma é conhecida: a repaginação do consignado para trabalhadores formais do setor privado. A iniciativa, que pode ser enviada ao Congresso depois do carnaval, é considerada estruturalmente positiva, porque vai destravar essa modalidade de crédito com o aprimoramento da garantia da operação.

O empréstimo consignado permite o desconto diretamente na folha de pagamento, o que reduz risco de inadimplência e permite juros mais baixos. Essa modalidade é pouco usada no setor privado, sendo mais comum no setor público e entre aposentados do **INSS**.

Atualmente, a linha é subutilizada pois depende de um convênio entre os empregadores e os bancos, o que limita o acesso a trabalhadores de grandes empresas. Ainda assim, há receio das instituições financeiras, já que a pessoa pode ser demitida ou sair da empresa.

Crédito pode triplicar

O governo vai montar uma plataforma dentro do

eSocial, sistema do governo em que as empresas registram as informações de seus funcionários. Dessa forma, as instituições financeiras vão se conectar à plataforma e ter acesso a algumas informações para melhorar a análise de crédito.

Atualmente, o consignado privado tem taxa média de juros mais baixa do que o crédito pessoal: 40,8% ao ano contra 103,4%. A previsão é que os juros caiam mais na nova versão, mas fiquem acima do consignado do **INSS** e do setor público, de 21,9% e 23,8%, respectivamente.

A expectativa é que o estoque de crédito do consignado privado triplique com a mudança, chegando a R\$ 120 bilhões. Esse salto pode impulsionar a atividade, como quer Lula, o que representaria um movimento na direção contrária ao esforço do BC para controlar a **inflação**.

Executivos do setor financeiro avaliam que deve haver migração de linhas mais caras para o consignado privado, considerando que a proposta vai ter um incentivo para essa troca. Mesmo esse movimento de migração, contudo, já pode aumentar o saldo devedor, uma vez que haverá menos juros e mais prazo, avalia um interlocutor do setor bancário.

Mesmo que em menor escala, há também expectativa de um avanço das concessões em geral. Nesse caso, o executivo do setor bancário avalia que seriam as pessoas que não têm dependência de crédito, mas com boas condições para poderem decidir pegar um empréstimo para fazer uma viagem ou reformar a casa.

Há ainda um terceiro movimento esperado que é abrir espaço na carteira não consignada por aqueles que migraram para o novo modelo.

Foco na **inflação**

Para o interlocutor, a medida tem potencial, mas seu sucesso depende de ambiente econômico estável, senão os bancos podem se retrair.

Para Alessandra Ribeiro, economista e sócia da

Tendências Consultoria, a medida faz sentido para dar as mesmas condições dos aposentados e do funcionalismo público aos trabalhadores do setor privado. Para ela, a nova versão tende a segurar um pouco mais a desaceleração do crédito prevista para 2025.

Sem a medida, a Tendências espera que as concessões do consignado cresçam 2,2% este ano, contra um avanço de 16,1% em 2024. Para o crédito a famílias, a expansão esperada é de 1%.

- Uma medida como essa pode fazer com que essas concessões sejam mais fortes. Em vez de 2,2% para o consignado, pode chegar a 3% - disse a economista. - A medida em si faz sentido para ter nova possibilidade de crédito com condições atraentes para tomador. O timing é delicado nesse esforço do BC de trazer **inflação** mais para baixo.

Um técnico do governo avalia que a nova versão do consignado privado pode ser particularmente importante para os trabalhadores com carteira assinada de baixa renda, como alternativa à antecipação do **saque-aniversário** do **FGTS**, já que essa parcela da população costuma ter um saldo menor no fundo. A antecipação do **saque-aniversário** tem baixo custo, de 1,8% por mês (23,9% ao ano).

Outro interlocutor da equipe econômica reconhece que o desenho da medida é positivo, mas afirma que o foco principal neste momento não deveria ser a redução do risco de crédito, e sim a **inflação**. Por isso, considera que a medida não deveria ser anunciada neste momento, com risco de o BC ficar "enxugando gelo" na política monetária.

Endividamento preocupa

A taxa Selic está subindo desde setembro e passou de 10,75% a 13,25% ao ano, com a perspectiva de chegar a 14,25% em março. Com o movimento, o BC busca reduzir o ritmo de crescimento da economia para levar a **inflação**, hoje acima do limite superior da meta (4,5%), para o alvo de 3%.

Consultado, o Ministério da Fazenda afirmou que o modelo a ser adotado ainda está em fase de elaboração interna, por isso não fará comentários neste momento.

Rafael Schiozer, professor da FGV-SP, diz que é preciso ter atenção ao desenho da modalidade, para que o "feitiço não vire contra o feiticeiro" em termos de endividamento da população. O endividamento das famílias vem caindo desde o pico em 2022 (49,9%), mas continua em nível alto (48,2% em novembro de 2024):

- O crédito como motor da economia tem um papel limitado. Não consegue sozinho fazer a economia crescer por muito tempo de maneira sustentada. Em 2015-2016, foi um dos fatores que levou à recessão. Tudo depende da oferta de crédito adicional. Se for excessiva, vamos observar o que aconteceu em 2014.

Juliana Tomaz, gestora de crédito da Asset Management Warren, concorda.

- Para mim, o momento de lançar esse tipo de medida não parece o mais adequado.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/03/06/lula-conta-com-pacote-de-credito-para-recuperar-popularidade-mas-pode-colher-inflacao.ghtml>

Brasil começa a negociar com EUA

ROSANA HESSEL » RAPHAEL PATI

O discurso do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Congresso norte-americano, na noite de terça-feira, ecoou nos mercados internacionais.

A longa fala, de 1h40min, em que afirmou que países como o Brasil aplicam tarifas que prejudicam o país e anunciou tarifas recíprocas a partir de 2 de abril, visando equilibrar as relações comerciais, fez China e Canadá anunciarem retaliações.

Após uma série de tratativas, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, vai se reunir hoje com o Secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, às 17h30, por videoconferência.

Na pauta principal, está a taxa de 25% sobre o aço e o alumínio que, a princípio, começa a valer a partir do próximo dia 12, apesar de o governo brasileiro e o setor estarem confiantes em uma resolução via negociação.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), destacou que o país deverá ser atingido indiretamente e diretamente por essa guerra tarifária entre Estados Unidos e China - dois maiores parceiros comerciais do Brasil - mas ainda não dá para saber exatamente o que vai acontecer.

"O atual cenário é incerto e não permite afirmarmos nada.

Pensando no que estamos vendo hoje, eu vejo isso como um jogo de perde e perde. Alguém até pode ganhar no curtíssimo prazo, porque, teoricamente, alguém vai dizer que o Brasil vai substituir os EUA como origem de importações de alimentos da China, mas, na verdade, esse ganho será apenas de curto prazo, porque não há como mantê-lo", frisou.

Na avaliação de Castro, o governo brasileiro vai ter que esperar um sinal para tomar uma decisão e, nesse caso, as pessoas do corpo diplomático de cada país devem conversar com os países, porque eles vão ter que ter mais capacidade de falar e as medidas, devem, de forma geral, serem tomadas com base técnica e não por impulso. "Nós não podemos ter um ano perdido, se tudo isso continuar dessa forma, 2025 seria um ano perdido, porque ninguém vai pensar em investir, ninguém vai pensar em tomar uma decisão

mais criteriosa, porque você não sabe o que fazer", alertou.

Para Sergio Vale, economista- chefe da MB Associados, o Brasil tende a ganhar ao longo do tempo pela aproximação com a China, mas também tende a perder terreno no comércio com os Estados Unidos. "O país já tem uma balança comercial deficitária com os EUA, em termos de indústria, que é a grande base de conexão com os norte- americanos. Logo, o deficit comercial pode aumentar ainda mais, ao longo dos próximos anos, e fazer com que o Brasil, eventualmente, se aproxime da China do ponto de vista industrial", afirmou. Segundo ele, como a indústria está avançando em várias frentes e em vários tipos de tecnologia e com a inteligência artificial, ela também começa a ter uma expansão na biotecnologia. "Eventualmente, com a tecnologia mais avançada, a gente pode começar também a ter um comércio mais ativo com os chineses, uma vez que não existe restrição nesse sentido", acrescentou.

Trump anunciou a aplicação de uma tributação de 25% para os produtos importados do Canadá e do México, mas pretende isentar, durante um mês, três grandes montadoras globais - Ford, General Motors e Stellantis (donas das marcas Fiat, Chrysler, Jeep, Peugeot e Citroen). A medida é vista como uma decepção, devido aos comentários anteriores das autoridades do governo dos EUA, na avaliação de Paul Ashworth, economista-chefe para a América do Norte da Capital Economics. Para ele, Lutnick havia sinalizado que um alívio mais amplo viria das tarifas de 25% recentemente impostas às importações do Canadá e do México.

"Os automóveis representam 12% das importações norte-americanas do Canadá e 27% das importações do México, embora esses números sejam para todos os fabricantes, não apenas para as três grandes empresas do setor.

A natureza altamente integrada da indústria automobilística do país, onde as peças cruzam as fronteiras várias vezes durante a produção, sempre a tornou particularmente suscetível a uma tarifa geral, colocando a produção baseada nos EUA em desvantagem competitiva também", explicou Ashworth.

Na avaliação do economista, as tarifas recíprocas às importações de automóveis da UE e da Ásia, a partir de 2 de abril, "nivelaria o campo de jogo novamente".

"Portanto, os fabricantes nacionais estão recebendo apenas um pequeno alívio temporário até que Trump possa aplicar o martelo tarifário em todos os outros também", acrescentou Ashworth.

A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), por ora, também optou por não se posicionar sobre o tema e informou que espera maiores desdobramentos dos acontecimentos.

"A questão ainda é recente e, até o momento, trata-se apenas de anúncios, sem impactos totalmente definidos para o Brasil. A entidade segue acompanhando os desdobramentos para avaliar eventuais efeitos no comércio internacional e nas exportações brasileiras de carne bovina", informou a entidade que reúne 43 empresas do setor no país, responsáveis por 98% da carne negociada nos mercados internacionais, ao Correio.

Oportunidade.

Na avaliação do especialista em Comércio Internacional Welber Barral, a aplicação das tarifas por parte dos EUA foi percebida como uma surpresa entre outros países, inclusive entre os próprios afetados diretamente, como México, China e Canadá, que acreditavam em avanço nas negociações para conter a medida anunciada em fevereiro. Apesar disso, Barral, que é ex-secretário de Comércio Exterior do Mdic, aponta que os efeitos da guerra comercial já começam a ter efeitos na dinâmica comercial global, inclusive no Brasil.

"Toda vez que você tem uma medida assim, tão abrupta, você acaba distorcendo e criando um monte de problemas para um monte de gente. Por exemplo, empresas brasileiras que fornecem peças para montagem de veículos no México já estão sendo afetadas. Já estão tendo contratos cancelados porque o México é o grande exportador de caminhonetes para os Estados Unidos, por exemplo", ressaltou Barral.

Apesar dos possíveis efeitos negativos, especialistas acreditam que deve haver vantagens competitivas para o Brasil, caso as retaliações, de fato, sejam aplicadas. "Já tem exportador brasileiro olhando o que Canadá e México exportam para os Estados Unidos, porque pode abrir mercado para alguns produtos brasileiros. Em geral, o Brasil compete com os Estados Unidos em açúcar, algodão, soja, milho, carne, etc., mas podem haver alguns produtos que podem ganhar competitividade no mercado americano por conta das tarifas contra Canadá e México", acrescentou Barral.

Desequilíbrio.

O principal efeito prático das tarifas anunciadas por Trump pode ser o desequilíbrio das cadeias globais de produtos, segundo o analista de Comércio Exterior da BMJ Consultores Associados Guilherme Gomes, que considera que esses distúrbios podem causar impactos diretos ao Brasil. "No curto prazo, as maiores tarifas aplicadas ao Canadá, China e México - os principais parceiros comerciais dos Estados Unidos - serão oportunidade para que o Brasil aumente suas exportações para os EUA, pois os produtos brasileiros ficarão mais competitivos", afirmou Gomes.

Apesar das projeções e estimativas sobre o que pode acontecer com a balança comercial brasileira neste ano e nos próximos, ainda é cedo para confirmar se o Brasil vai ser favorecido, ou não, com as medidas já anunciadas, como resalta o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Mauro Rochlin. "Com as tarifas, os produtos negociados vão se tornar mais caros, o que tende a diminuir o consumo desses produtos nos países de destino.

Portanto, há uma piora, uma redução no comércio internacional, era o esperado, que por sua vez pode reduzir o crescimento econômico para todo lado", frisou o professor.

Dólar tem forte queda ante real

Um dia após o discurso de Donald Trump, o dólar teve o maior recuo diário frente ao real, encerrando a quarta-feira de cinzas cotado para a venda a R\$ 5,756, com queda de 2,71% em relação à última sexta-feira - a maior queda percentual da divisa norte-americana desde 3 de outubro de 2022, um dia após o primeiro turno das eleições presidenciais daquele ano.

No acumulado de 2025, o dólar registra queda de 6,85%. Antes do carnaval, o dólar à vista havia fechado com alta de 1,50%, a R\$ 5,916 - maior cotação de fechamento desde 24 de janeiro. E apesar de os índices Dow Jones e Nasdaq, terem registrado fortes altas em Nova York, de 1,14% e de 1,46%, respectivamente, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) andou de lado e fechou com leve valorização de 0,2%, a 123.047 pontos, ontem, refletindo algumas incertezas dos investidores em relação ao aumento das tensões no cenário internacional.

O movimento do dólar é consequência direta de fatores externos, como a desaceleração na criação de vagas de trabalho nos EUA e a repercussão da guerra comercial. Também deve ser destacado que o mercado brasileiro ficou fechado por quatro dias, devido ao recesso do Carnaval, o que fez com que a desvalorização da moeda norte-americana se acumulasse ao longo desse período.

O Índice DXY, que mede a força do dólar ante as principais divisas do mundo, recuou 1,31%, em virtude da percepção negativa sobre a economia norte-americana.

"O Trump vem com uma caneta super pesada, distribuindo tarifa para tudo quanto é lado e a gente tem uma expectativa de que isso possa gerar até mais **inflação** nos Estados Unidos.

Um cenário de cautela total que acabou empurrando o euro e os pares do dólar para cima em detrimento do dólar", disse o especialista em investimentos da Star Desk, Felipe Sant'Anna.

A moeda oficial da União Europeia fechou o dia na contramão do dólar, com uma valorização superior a 1% ante o real.

No final do pregão, o euro atingiu o patamar de R\$ 6,21. Para o economista Julio Hegedus Netto, analista da ConfianceTec, a Europa fechou em alta diante de uma expectativa de necessidade de 'rearmamento' dos principais países.

"O presidente da França, Emmanuel Macron, foi bem forte nas suas declarações, colocando que a Europa pode muito bem enviar uma tropa de vários soldados em vários continentes da Zona do Euro para monitorar o tratado de paz na Ucrânia", ressaltou. "Isso deu um ânimo ao mercado da Zona do Euro que, de uma certa forma, também a região se vê agora em uma situação de atuar sozinha sem o apoio dos Estados Unidos", acrescentou Hegedus Netto. (RH e RP)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/06/all.pdf>

Risco ou oportunidade?

Com retaliação de outros países às tarifas dos EUA, Brasil pode se sobressair com aumento das exportações, apesar de que ainda podem haver riscos, a depender dos novos movimentos da guerra comercial.



Produtos que mais podem se beneficiar com retaliação de China, Canadá e México

- **Soja:** Um dos principais produtos vendidos pelos norte-americanos para a China é a soja. Com a restrição, no entanto, o país asiático pode optar por aumentar a quantidade de grãos importados do Brasil para suprir a demanda. Movimento é semelhante a 2018, quando também houve retaliações à soja. A China impôs tarifa adicional de 10% sobre o produto.
- **Carnes:** A carne bovina é o quarto produto mais vendido pelo Brasil para a China, que também compra uma parcela significativa dos EUA. A retaliação portanto, pode aumentar a demanda pela carne brasileira, que em 2024, representou US\$ 5,97 bilhões nas importações chinesas. A China impôs tarifa adicional de 10% sobre o produto.
- **Algodão:** Outro produto que está na lista dos 10 produtos brasileiros mais importados pela China é o algodão, que em 2024 foi responsável por US\$ 1,73 bilhão ao Brasil em exportações para o país asiático. A China impôs tarifa adicional de 15% sobre o produto.
- **Frango:** As aves também figuram na lista de itens que sofrerão restrição de importação por parte do governo chinês a partir do próximo dia 10 de março. Com mais de US\$ 1,28 bilhão obtido em 2024 em exportações ao país asiático, o Brasil pode se beneficiar ainda mais com a venda de frango. A China impôs tarifa adicional de 15% sobre o produto.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Focus mantém projeção de dólar

Economistas do mercado financeiro ouvidos pelo Banco Central (BC) mantiveram as expectativas para a cotação do dólar no fim de 2025 em R\$ 5,99. A estimativa intermediária para 2026 continuou em R\$ 6,0 pela sétima semana consecutiva.

De acordo com os dados do Boletim Focus, divulgados ontem pelo BC, a previsão para 2027 passou de R\$ 5,92 para R\$ 5,90, enquanto para 2028, a estimativa caiu de R\$ 5,93 para R\$ 5,90.

Em relação à **inflação**, o mercado mostrou uma redução na previsão para 2028, passando de 3,79% para 3,75%. As expectativas para a variação dos preços administrados dentro do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2025 caíram de 5,00% para 4,99%. As projeções para 2026, por sua vez, recuaram de 4,20% para 4,19%.

Para 2027, a estimativa ficou em 4,00%, enquanto para 2028, a estimativa caiu de 4% para 3,94.

A projeção para a taxa básica de juros (Selic) este ano está em 15% há 8 semanas.

A projeção para 2026 ficou em 12,50%, enquanto para 2027 permaneceu em 10,50%. Para 2028, a estimativa permaneceu em 10% por 10 semanas.

Os analistas também mantiveram as estimativas para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2025 em 2,01%. Para o ano que vem, a mediana permaneceu em 1,70%. Já a previsão para 2027 permaneceu em 2,00%; para 2028, continuou em 2%, há 51 semanas. (FS)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/06/all.pdf>

Mercado mantém previsão de 5,65% para o IPCA

A mediana do relatório Focus para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA) de 2025 permaneceu em 5,65%, após 19 semanas seguidas de alta. Mas a estimativa continua 1,15 ponto porcentual acima do teto da meta do Banco Central, de 4,50%.

A partir deste ano, a meta perseguida pelo BC passa a ser contínua, com base na **inflação** acumulada em 12 meses. O centro continua em 3%, com tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos. Se o IPCA ficar fora desse intervalo por seis meses consecutivos, considera-se que o BC perdeu o alvo.

Ainda pelo relatório divulgado ontem, a mediana para a Se-lic (taxa básica de juros) no fim de 2025 permaneceu em 15,0% - o mesmo patamar há oito semanas. cícero cotrim

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump faz renascer riscos que todos julgavam superados (Editorial)

No primeiro pronunciamento ao Congresso desde a posse em janeiro, Donald Trump demonstrou estar disposto a cumprir suas piores ameaças de campanha. Em discurso de cem minutos, pintou um mundo de fantasia em que se apresenta como salvador de um país em apuros. Na realidade, seu governo se tomou a maior fonte de incerteza e tensão do planeta. Trump fez renascer riscos que todos acreditavam superados. Não bastasse o alinhamento à Rússia (em detrimento da Ucrânia) que já lançou os países europeus numa nova era de rearmamento, não bastasse o caos imposto ao setor público com cortes incontinentes ou ilegais, ele deflagrou uma guerra comercial cujos desdobramentos serão nocivos para a economia global e para seu próprio país.

Em fevereiro, anunciou tarifas sobre aço e alumínio. Nesta semana, os produtos importados de Canadá e México começaram a pagar 25% de alíquota na alfândega. A taxa sobre produtos chineses subiu 20 pontos percentuais. Em resposta, China e Canadá retaliaram. Depois do naufrágio do mercado acionário, autoridades americanas afirmaram ser viável um acordo para reduzir as tarifas (as montadoras obtiveram um adiamento). Trump, contudo, se mostra irredutível - e citou o Brasil entre os alvos. Na primeira semana de abril serão impostas barreiras a produtos agrícolas. E dado como certo que o etanol brasileiro estará na lista.

Com seu mercantilismo primitivo, Trump pretende zerar o déficit comercial, usar a receita das tarifas para financiar o governo e retomar a um passado idílico caracterizado pela força industrial. Nenhum economista sério acredita que isso faça sentido. Ao contrário, o custo será alto, não apenas na forma de **inflação**, mas em perda de produtividade e má alocação do capital. A guerra comercial prejudicará o crescimento global e a eficiência da própria economia americana, com menos oportunidades para investimentos.

É verdade que a tarifa média sobre importados nos Estados Unidos é baixa, cerca de 3%. Mas não destoam da cobrada noutros países ricos: 2% na Austrália, 4% no Canadá, Japão e Reino Unido, 5% na União Europeia (UE). No Brasil, os produtos americanos pagam na média 12,4%, mas 48% passam pela alfândega isentos, e 15% são taxados abaixo de 2%. E os americanos são superavitários no comércio

bilateral.

Nas próximas semanas, o governo brasileiro precisa adotar uma estratégia sofisticada. Negociar a queda de tarifas em alguns setores poderá ser benéfico. Os consumidores brasileiros, reféns de produtores locais caros e ruins, têm muito a ganhar com um leque maior de opções baratas. Mas a retaliação não deve ser descartada. Boa parte do que o Brasil vende aos Estados Unidos são produtos industrializados. Encontrar mercados alternativos não será simples. O novo panorama comercial toma ainda mais urgente acelerar a implementação de acordos de livre-comércio, e não apenas com a UE.

Para o agronegócio, as oportunidades são mais evidentes. Em resposta a Trump, os chineses elevaram tarifas sobre frango, trigo, milho, algodão, soja, porco, carne, frutas, vegetais e laticínios americanos. Com isso, o exportador brasileiro levará vantagem na disputa pelo imenso mercado chinês. Haverá na certa situações semelhantes noutros países. Ao promover o protecionismo, Trump pagará um preço alto. Para o Brasil, felizmente o mundo não se resume aos Estados Unidos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Trump contra o mundo inteiro - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

Aguerra aberta de Donald Trump contra o comércio internacional fará ainda muito estrago na economia americana e global. Na terça, os tambores rufaram de lado a lado, com Canadá, México e China anunciando retaliações ao aumento generalizado de tarifas disparado por Trump. No discurso no Congresso, no fim do dia, ele disse que outros países também estão na alça de mira, entre eles o Brasil. Ontem, o recuo em relação às montadoras foi um alívio. Temporário.

Canadá, México e China juntos representam US\$ 1,4 trilhão das importações americanas. Os importadores terão que pagar mais pelos seus produtos, e isso vai para o preço final, mesmo que possa ser em parte absorvido dentro da cadeia produtiva americana. O resultado é mais **inflação** e menos crescimento.

No Brasil, há quem esteja acreditando que podemos lucrar nos esgueirando pelas brechas entre as trincheiras e vendendo mais alguns milhões. A China anunciou contra os EUA 15% de tarifas sobre frango, trigo, milho, algodão, e 10% sobre sorgo, soja, carnes suína e bovina, pescados, frutas, vegetais e laticínios. Em 2018, uma parte do espólio foi aproveitado pelo Brasil, mas será mais difícil dessa vez.

Primeiro, porque agora a escala das hostilidades está muito maior. Segundo, porque o contexto no Brasil é de **inflação** de alimentos, e muitos desses produtos exportados pressionarão os preços internos. Então poderemos ter vitória de Pirro com alguma exportação extra, porém com mais **inflação** aqui dentro. Isso sem falar no fato de que Trump já disse que tem munição guardada para o Brasil.

O primeiro-ministro demissionário canadense, Justin Trudeau, foi mais vocal. Após falar diretamente ao povo americano sobre o sentido da agressão a um parceiro e aliado, ele disse, dirigindo-se ao presidente Trump, que essa decisão era "muito estúpida". A presidente do México, Claudia Sheinbaum, disse que divulgará medidas de retaliação no domingo. A China anunciou aumentos de inúmeras tarifas, e falou através de pessoas de menor escalão, embora de forma bem contundente. Como a China é um governo autoritário e centralizado, ninguém fala sem ser autorizado. Isso dá maior peso aos recados de pessoas como Lin Jiau, porta-voz do Ministério das

Relações Exteriores. Ele disse o seguinte: "A China vai lutar até o fim se os Estados Unidos insistirem em acenar com a guerra de tarifas, a guerra comercial ou qualquer outro tipo de guerra".

Há outra frente de conflito no Canadá. Trudeau afirmou que está conversando com as províncias sobre medidas não tarifárias. O primeiro-ministro de Ontário, Doug Ford, foi ameaçador: "Se querem aniquilar Ontário, eu vou fazer tudo, incluindo cortar a energia deles, com um sorriso no rosto. E estou encorajando todas as outras províncias a fazer o mesmo".

Nesse momento, tudo está sendo jogado na mesa. Palavras, tarifas e barreiras não tarifárias. O resultado de tudo isso é uma redução da atividade econômica, aumento da **inflação** e continuidade de juros altos. O presidente do Fed (banco central americano), Jerome Powell, já disse que, neste contexto, não tem nenhuma pressa em voltar a reduzir os juros.

Os Estados Unidos são uma máquina de importar. No ano passado, o total foi de US\$ 3,3 trilhões, portanto têm um enorme poder de barganha. O problema é que Trump tem demonstrado ver isso de um lado só, o que é, para usar a palavra de Trudeau, "estúpido". Ao reduzir a importação de produtos, a economia americana contratará desorganização da cadeia produtiva, ineficiência e custos elevados.

Em relação ao Brasil, o comércio é pequeno perto das dimensões americanas. Nossa corrente de comércio é de US\$ 40 bilhões para cada lado. Porém, como o Brasil sempre teve tarifas altas, está vulnerável. A estratégia deve ser tentar o diálogo e avaliar uma redução de tarifas. A de etanol, por exemplo, é alta demais. O nosso produto é mais eficiente e tem custos menores. Uma boa análise na lista de proteção pode indicar o que fazer.

O nível de hostilidades está muito alto e, num ambiente assim, a economia como um todo sofre. Se o PI B chinês reduzir o ritmo, isso nos afeta. Não há lugar seguro no meio de tanta artilharia. Há quem sempre aposte que Trump late mais do que morde. Mas o que ele está latindo é assustador. Diz que vai tomar a Groenlândia de "um jeito ou de outro" e insiste em ofender o Canadá insinuando que ele é um estado americano. Muito além do comércio, o que está

acontecendo nesse momento da História lembra muito o início de outras tragédias que a Humanidade viveu no século passado.

Donald Trump atirou contra Canadá, México e China e colocou outros países na alça de mira, entre eles o Brasil

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Com tarifaço de Trump, Brasil pode ganhar com agro, calçados e têxteis

VINÍCIUS NEDER E JOÃO SORIMA NETO

Em meio ao tiroteio comercial entre EUA, Canadá, México e China, iniciado por Donald Trump, o Brasil pode sair ganhando em algumas frentes. É o caso das exportações do agronegócio, como carnes, soja e algodão, ou de alguns produtos industriais, como calçados e têxteis.

Por outro lado, efeitos colaterais de médio e longo prazos - mais **inflação** e menos crescimento na economia mundial ou a inundação de industrializados chineses no mercado brasileiro - poderão superar as oportunidades, dizem especialistas e representantes do setor produtivo.

Em resposta a Trump, o governo da China anunciou aumento de taxas sobre produtos agrícolas americanos. EUA e Brasil competem como maiores exportadores mundiais em diversas culturas, como soja, milho e algodão. Seria então uma oportunidade para os produtores brasileiros venderem mais para a China, maior importadora do mundo.

Segundo Ricardo Santin, presidente da ABPA, associação de produtores de carne de frango e porco, a principal oportunidade para os brasileiros pode vir com melhores retornos. Isso porque a elevação de tarifas da China sobre as vendas americanas de frango e suínos aumentará os preços no mercado chinês. Os brasileiros poderão, então, redirecionar as vendas de outros mercados que pagam menos e mandar mais para a China.

-Temos um concorrente (os E UA) que acaba de ter tari-fação de 15% no frango e 15% nos suínos (no mercado chinês). E temos os canais abertos para exportação para a China - disse Santin.

A Abrapa, associação que representa os produtores de algodão, citou o aumento de preços de venda como um efeito positivo no curto prazo, mas ponderou, em nota, que no médio e longo prazos a instabilidade provocada pela disputa comercial vai gerar incertezas, o que pode "impactar a demanda agregada".

Para os produtores de grãos também poderá haver oportunidades de ampliação das vendas para o mercado chinês. Mas, por enquanto, o momento é de esperar, segundo Alexandre Baumgart, sócio e

presidente das Fazendas Reunidas Baumgart, que produzem soja, milho e gado de corte em Rio Verde, sudoeste de Goiás:

- Estamos, no momento, em espera. Os custos de matérias-primas subiram e, em meio ao caos, nem valor da soja para fevereiro do ano que vem nós temos.

NEGÓCIOS CONGELADOS

A comercialização antecipada das safras é algo corriqueiro, mas, por causa das incertezas no comércio global, está paralisada, explicou o produtor rural. Na mesma altura do ano em 2024, as Fazendas Reunidas Baumgart já haviam negociado 25% da safra 2024/ 2025 de soja, que está sendo colhida agora. Neste ano, nada foi negociado ainda.

A especialista em comércio exterior Lia Valls, pesquisadora Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), também chama atenção para os efeitos colaterais:

-A situação é tão conturbada que o resultado final poderá ser negativo. A taxa de câmbio sempre foi volátil mesmo, mas as tarifas eram vistas como um cenário de mais estabilidade. Agora, Trump tornou a tarifa algo instável.

A incerteza poderá provocar um desarranjo nas cadeias globais da indústria, levando a uma triangulação das empresas para produzir em países onde não houver cobrança, disse o professor de economia chinesa do Insper, Roberto Dumas:

- No médio prazo, essa guerra de tarifas aponta para uma desordem nas cadeias de suprimentos, mas não é fácil, por exemplo, para uma empresa deixar de produzir na China e ir para o Vietnã.

No caso da indústria de calçados, há riscos e oportunidades. No ano passado, o Brasil exportou 10,28 milhões de pares para o mercado americano, uma queda de 3,3% ante 2023, mas, com as tarifas impostas a México, Canadá e China, maior produtora de calçados do mundo, as vendas brasileiras para os EUA poderiam crescer.

- Se não houver nenhum tarifaço sobre os produtos

brasileiros, vemos oportunidade de crescimento das exportações para os EUA, que já é o nosso principal destino. Ao mesmo tempo, há o risco de o excedente da produção chinesa, que deixaria de ser exportada aos EUA, vir parar no Brasil - disse Haroldo Ferreira, presidente executivo da Abicalçados, que representa a indústria nacional.

Risco semelhante existe na indústria têxtil, disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel:

- Não temos muito a ganhar quando o mundo entra em conflagração, ainda que, no curto prazo, ganhemos um espaço de comércio aqui ou ali.

Luiz Ribas Jr., gestor de mercado internacional da Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assintecal), diz que há boa chance de ampliar as vendas de insu-mos para o México.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em 2024 forte, PIB rumo para desaceleração no 4º tri

Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

O Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deve ter desacelerado para uma alta de 0,4% no quarto trimestre de 2024, ante o terceiro, quando subiu 0,9%. Essa é a mediana das estimativas de 72 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor. As projeções variam de zero a 0,9%. Se confirmada a mediana, será o menor crescimento desde o quarto trimestre de 2023, quando o **PIB** avançou 0,2%. Os dados oficiais serão divulgados na sexta-feira, 7, às 9h, pelo IBGE.

"Viemos de um primeiro semestre muito forte, com crescimento acima de 1%, e um terceiro trimestre que surpreendeu. Agora, devemos ter desaceleração, mas é um crescimento menor sobre base bastante elevada de comparação, e isso é importante, porque mostra a força da atividade", afirma João Sa-vignon, economista da Kínitro Capital. "Se confirmados nossos números, o **PIB** registrará máxima histórica, em termos dessazonali-zados, não só no agregado, mas em serviços, consumo das famílias e do governo e exportações."

Em relação ao quarto trimestre de 2023, a expectativa mediana é de alta de 4%, ainda o mesmo ritmo do terceiro trimestre.

Para o ano fechado de 2024, a mediana aponta alta de 3,5%, a partir das projeções de 80 instituições. As estimativas vão de 2% a 3,7%. Se confirmada, a mediana representará aceleração do crescimento anual brasileiro, após subir 3,2% em 2023 e 3% em 2022.

"A história da atividade no ano passado é de um **PIB** muito bom, principalmente quando comparamos com as projeções que os economistas tinham no começo do ano", diz Laiz Carvalho, economista para Brasil do BNP Paribas. Pesquisa do Valor publicada em fevereiro de 2024 mostrava que, naquele momento, a mediana das projeções dos economistas indicava alta de 1,7% para o **PIB** no ano.

"O ano de 2024 foi diferente de 2023, quando o crescimento foi muito puxado pela safra recorde. Em 2024, o crescimento foi mais disseminado. Teve o afrouxamento da política monetária, que, agora, está sendo novamente apertada, mas vimos o crédito

acelerar bastante no primeiro semestre e um **PIB** ainda crescendo a taxas nada desprezíveis no segundo, mas que também não deixa de ser desaceleração", diz Caio Napoleão, economista da MCM 4intelligence.

Para 2025, a previsão mediana é de desaceleração da alta do **PIB** para 1,9%, com 81 projeções variando de 1% a 2,9%. Mas o primeiro trimestre ainda deve registrar crescimento expressivo, de 0,8% em relação aos três meses imediatamente anteriores, cie acordo com a mediana de 62 projeções. "Os indicadores mensais, em geral, desaceleraram no fim de 2024. Mas não vemos desaceleração no primeiro trimestre de 2025, por causa da perspectiva de nova safra recorde. O impacto na margem não vai ser tão grande quanto aquele de 2023, mas ainda deve impulsionar não só o **PIB** agro, mas setores correla-tos, como de transporte e armazenagem", afirma Napoleão.

Paralelamente, no entanto, o Banco Central continuará subindo os juros, o que deve aparecer de forma mais clara na atividade no segundo semestre de 2025, diz Napoleão, que não descarta uma recessão técnica, isto é, dois trimestres seguidos de queda do **PIB**.

"As pesquisas mensais da indústria, do comércio e dos serviços em novembro e dezembro de 2024 trouxeram surpresas negativas grandes. Acho que deu uma sensação para o mercado de que, talvez, a desaceleração da economia que todo mundo estava esperando só no segundo semestre de 2025 já estava começando a dar sinais, mas não concordamos com essa visão", diz Carvalho.

Segundo ela, indicadores coincidentes e de alta frequência, principalmente de cartão de crédito, sinalizam que janeiro foi um mês bom para a atividade. Além disso, o Carnaval este ano caiu em março, portanto, houve mais dias úteis em fevereiro do que em períodos anteriores, observa Carvalho. "O número para a atividade em fevereiro também vai ser muito forte. E tem a agricultura. Se a gente tem um primeiro trimestre muito forte, por questão de carregamento estatístico, o ano todo acaba bom." Medidas do governo como a já determinada liberação de recursos do FGTS e a criação do crédito consignado privado, ainda em elaboração, também devem impactar positivamente o **PIB** em 2025, segundo economistas. "Quando a população tem acesso ao FGTS, a

elasticidade de consumo, ou seja, a quantidade desse dinheiro que vira consumo e não poupança, é muito grande, já vimos isso em outros governos. Nossa estimativa é que os R\$ 12 bilhões de FGTS devem colocar 0,1 a 0,2 ponto percentual a mais no **PIB** entre o primeiro e o segundo trimestre, sendo que o primeiro trimestre já seria muito bom. Só com isso, minha projeção de **PIB** para 2025 em 2,1% iria a 2,2% ou 2,3%", diz Carvalho.

Estimar o impacto do consignado privado no **PIB** é mais difícil, pondera a economista. "Mas eu tenho certeza que o efeito é positivo. Vimos o que aconteceu em 2004, 2005, quando surgiu o consignado dos bancos públicos. O que podemos ter certeza, hoje, é que haverá uma transferência de crédito. A pessoa que tem crédito pessoal no banco pagando 80%, 90% de juros ao ano vai ver esse valor diminuir muito, para 35%, 40%. Isso abre espaço para a pessoa consumir e para que a quantidade de dinheiro injetada na economia, via garantia desses créditos, seja muito grande", diz Carvalho, ponderando que ainda há uma operacionalização complexa para a modalidade e a entrada desses valores na economia deve ser algo mais para o fim deste ano e começo de 2026.

"Em 2023 e 2024, tínhamos uma visão um pouco mais otimista que o mercado para o **PIB**, que se provou correta, porque imaginá-variantos que essa nova gestão no governo federal faria algumas medidas para impulsionar o **PIB**, o que de fato fez. Ao mesmo tempo, o governo continua sem muitas medidas em termos de corte de gastos e não me parece que vai vir algo muito relevante com a proximidade das eleições e a queda de popularidade [do presidente Lula], Infelizmente, quando eu falo de um crescimento de 2,5% do **PIB** em 2025, não é porque estou muito otimista, porque o Brasil está brilhando. É meio torto, mas é a cara do Brasil", diz Gustavo Cruz, estra-tegista-chefe da RB Investimentos.

Nas aberturas do **PIB**, pelo lado da oferta, o destaque do quarto trimestre de 2024 deve ficar em serviços. Embora desacelere em relação à alta de 0,9% do terceiro trimestre, o setor ainda pode crescer 0,5%, pela mediana das projeções.

"Não deve ser uma expansão volumosa, mas é um setor que pesa muito no **PIB**. Esperamos crescimento bem disseminado. Vemos desempenho negativo em comércio e intermediação financeira e neutro em serviços de informação. Outros serviços, atividades imobiliárias e serviços de administração pública devem renovar máximas históricas", diz Napoleão, da MCM.

No ano, os serviços devem subir 3,8%, após alta de 2,8% em 2023, de acordo com a mediana. "Vemos serviços com uma performance forte no quarto

trimestre e esse foi o desenho do ano inteiro", afirma Carvalho, do BNP.

Apesar de crescer apenas 0,2% no quarto trimestre de 2024, ante o terceiro, segundo as estimativas, a indústria também deve ter registrado um bom desempenho no ano passado, com alta esperada de 3,3%, após dois anos crescendo em torno de 1,5%.

Em 2025, tanto os serviços quanto a indústria devem ver seu crescimento cair para 1,7% cada, estimam os analistas.

O destaque negativo do quarto trimestre de 2024 e do ano passado em geral é a agropecuária, que deve ter ficado estagnada de outubro a dezembro e registrar queda de 2,5% no ano. O recuo vem, porém, após salto de 16,3% em 2023 e, com safra recorde esperada para 2025, o segmento deve voltar a crescer mais 6% neste ano.

Do lado da demanda, o destaque de 2024 deve ser a Formação Bruta de Capital Fixo (medida para investimentos no **PIB**), seguida pelo consumo das famílias.

"Os investimentos vêm em uma sequência de altas, que é uma recuperação após o que ocorreu entre o fim de 2022 e o terceiro trimestre de 2023. No quarto trimestre de 2024, eles devem registrar a quinta leitura seguida positiva. Isso não só reverte o período ruim entre 2022 e 2023, como chega aos melhores resultados, em nível, desde o fim de 2014", diz Napoleão.

A expectativa mediana dos economistas é que a FBCF acumule alta de 7,2% em 2024, após cair 3% em 2023 e subir apenas 1,1% em 2022. "É uma linha do **PIB** que sofreu durante a pandemia, teve recuperação em 2021, mas não vinha conseguindo ganhar muita tração nos últimos anos. Mas 2024 foi bastante bom", diz Carvalho.

Cruz, da RB, pondera que os investimentos no Brasil são baixos, como percentual do **PIB**, se comparados a outros países da América do Sul e emergentes. "Qualquer novidade puxa o investimento em termos de percentual de crescimento", afirma.

O avanço mediano esperado para a FBCF de 0,6% no quarto trimestre, ante o terceiro, no entanto, já representa uma desaceleração em relação às altas superiores a 2% dos trimestres anteriores, dando o tom de 2025, para quando a mediana dos economistas espera forte desaceleração da FBCF, para 1,6%.

"Não observamos o que seria a plenitude do efeito da política monetária restritiva no último trimestre de 2024

sobre os investimentos. Para 2025, esperamos desaceleração bem grande", diz Savignon, da Kínitro.

O consumo das famílias também deve desacelerar de altas trimestrais ao redor de 1,5% para 0,4% no quarto trimestre de 2024, mas ainda registrar um crescimento acumulado de 5,2% no ano. Se confirmada a mediana, será a maior taxa de crescimento desde 2010, quando registrou 6,2%.

"Está alinhado com tudo que a gente viu no ano passado: transferências de renda maiores para a população, crescimento real dos salários, renda disponível das famílias crescendo. Esse poder de compra maior da população fez com que a demanda continuasse muito forte", diz Carvalho.

Para 2025, a expectativa é que esse crescimento mediano do consumo das famílias caia mais do que pela metade, para 2,3%.

Já o consumo do governo deve apresentar mais uma alta de 0,8% no quarto trimestre de 2024, a mesma do terceiro, e subir 2% no ano, vindo de 3,8% em 2023. Para 2025, é esperada alguma desaceleração, para 1,6%.

Por fim, o setor externo deve dar uma contribuição negativa no quarto trimestre de 2024 - com queda de 0,2% da exportação e estagnação das importações - e no ano, já que as exportações devem subir 3,5%, e a importações, muito mais: 14,4%. "O crescimento das importações também reflete essa atividade bastante aquecida. Temos um vazamento desse crescimento para o externo", diz Savignon. Em 2025, essa relação deve se inverter e o setor externo voltar a contribuir positivamente para o **PIB**, com os economistas projetando alta de 3,5% das exportações e de 2,9% das importações.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

'COP é chance única para Brasil se tornar líder global em clima'



Michel Frédeau: "Se ultrapassarmos todos os pontos de inflexão climática, perderemos 25% a 30% do PIB global"

Naiara Bertão De São Paulo

Veterano de conferências do clima da ONU, as COPs, o francês Michel Frédeau, conselheiro sênior do Boston Consulting Group (BCG), deve passar um período maior no Brasil neste ano, já que Belém, vai sediar a COP30 em novembro.

Para ele, sediar a COP é um investimento significativo, tanto em termos financeiros quanto em termos de mobilização política e institucional, mas é também uma chance única para o Brasil se posicionar como um líder global nas soluções climáticas.

"É um custo significativo e também uma grande responsabilidade. Por isso, nada mais justo que o país anfitrião aproveitar essa oportunidade para enviar uma mensagem ao mundo. O Brasil está fazendo isso por um motivo: promover o país e contribuir para a agenda climática", diz o executivo já soma mais de 40 anos de experiência no BCG.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: As empresas brasileiras entenderam a necessidade de mostrar que estão desenvolvendo as soluções certas de uma maneira justa para o clima ?

Michel Frédeau: Muitas já entenderam a importância da oportunidade que têm neste ano. Para elas, é uma

oportunidade única e estão realmente dispostas não apenas a mostrar seu trabalho, mas entendem que é uma via de mão dupla. Elas querem contribuir para promover o Brasil, mas também querem garantir seus próprios interesses, o que é justo.

Valor: O que esperar da COP no Brasil em termos de negociações dos assuntos relevantes para a emergência climática?

Frédeau: A COP tem sempre a agenda de negociações da implementação do Acordo de Paris e da ação, que é uma agenda paralela. Com relação às negociações em si, francamente, não sei qual será o impacto. Sempre há muitos pontos a serem discutidos. Mas temos um consenso muito bom com os Emirados Árabes Unidos, triplicar a energia renovável, dobrar a eficiência energética, lidar com a questão do metano. Não há necessidade de negociar nada, tudo já foi dito, o que precisamos é garantir que aconteça o que já está previsto. Em relação ao financiamento para a transição energética e mitigação climática, ainda temos um impasse. Na COP29, por exemplo, só US\$ 300 bilhões do US\$ 1,3 trilhão necessário foram levantados. Se vai haver algum tipo de negociação para atingir o valor, eu não sei. Mas as NDCs [metas de redução de emissões de cada país] não são negociáveis, elas serão revisadas e submetidas este ano. Mas eu espero que haja um componente de adaptação nas NDCs, o que não é óbvio. Uma boa COP, eu diria, vai se concentrar muito mais na agenda de ação. Acredito que vamos ver avanços em tópicos como alimentos [segurança alimentar], combate a desmatamento e, espero, também em adaptação climática e financiamento, ainda que parcial, com foco muito mais em colaboração público-privada. Em como trazer mais dinheiro privado aos mercados de carbono, energia limpa e biocombustíveis, entre outros. O cronograma para o fim do uso de combustíveis fósseis é, porém, uma das principais pontas soltas que precisaria ficar mais claro.

Valor: E quais os obstáculos para uma boa COP?

Frédeau: A agenda de negociação depende da aprovação daqueles países com dificuldades para discutir. Ou seja, colocar a Rússia, os sauditas, os chineses e os americanos na mesma sala e chegar a unanimidade. É uma missão impossível hoje. Mas, na agenda de ação, você não precisa de unanimidade;

precisa de um impulso por setor e por tema.

Valor: O tema da biodiversidade ainda é pouco associado ao de clima. Acredita que eles podem se interligar mais, especialmente considerando que a COP deste ano será no meio da Floresta Amazônica?

Frédéau: Deveria. Porque a transformação climática e da natureza exige cooperação. Até se torna esquizofrênico, em um determinado ponto, pedir dinheiro para as mesmas pessoas para tratar os dois assuntos de forma separada. Politicamente, eu não sei como se faz. Mas, do ponto de vista de uma organização, faz muito sentido olhar de forma integrada. Uma indústria, por exemplo, precisará olhar para a biodiversidade quando pensa nos recursos naturais dos quais depende. Não é mais apenas sobre CO2 [dióxido de carbono].

Valor: Alguns países adotam medidas de incentivos, fiscais, de crédito [no jargão, em inglês, "carrots", ou cenoura] para que a agenda de descarbonização avance. Outros preferem regular e obrigar a descarbonização, até penalizando quem não ofaz [com "sticks", porretes].. O que, na sua visão, é mais efetivo?

Frédéau: Provavelmente uma combinação dos dois. Por um lado, você precisa colocar um preço no carbono e estabelecer padrões que distinguem os produtos "bons" dos que não são tão bons para o meio ambiente, a fim de mudar o comportamento dos consumidores. O fato é que, se não fizermos nada e ultrapassarmos todos os pontos de inflexão climática [alterações nos ecossistemas essenciais à vida humana na Terra], perderemos 25% a 30% do **PIB** [Produto Interno Bruto] global devido a todos os desastres que virão.

Valor: Em muitos casos, essas ações significam custos a mais. As pessoas não parecem estar dispostas apagar muito mais pela sustentabilidade...

Frédéau: Conseguimos encontrar maneiras mais inteligentes e justas de fazer isso. E acredito que a maioria delas é em nível local, por meio da colaboração e discussão. Eu mesmo já participei de reuniões organizadas por prefeituras com empresas e funcionários para chegar a uma solução para as pessoas não se deslocarem 40 quilômetros, em alguns casos, para chegar ao trabalho. A maioria dessas pessoas, inclusive, não tem empregos altamente qualificados. O resultado é que descobriram que é mais fácil para otimizar e os trabalhadores se deslocarem menos. Medidas assim reduzem custos, em vez de aumentá-los.

Valor: Mas não são fáceis de implementar...

Frédéau: A tecnologia é uma aliada na otimização, mas desde que haja acordos entre as empresas sobre como estruturar e organizar a cidade. O meu ponto é que, quando você chega ao nível micro local, você encontra soluções. E isso se aplica à maneira como você come e à maneira como você trabalha. Volto ao ponto das "cenouras" e "porretes". O elemento mais importante é acertar na transição justa. E a maneira de acertar é realmente levar em conta as suas limitações e ter as discussões certas para, a partir delas, desenvolver as soluções. E para cobrir a necessidade de financiamento, encontraremos uma maneira. Vale lembrar que existe algo em torno de US\$ 600 bilhões em subsídios a combustíveis fósseis por ano que poderiam ajudar.

Valor: Falando em combustível fóssil, estamos discutindo neste momento no Brasil a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. É o caso levanta o dilema: precisamos conservar a natureza, mas também dependemos dos recursos. Como lidar com isso como sociedade?

Frédéau: Os dois extremos não fazem sentido. Minha opinião pessoal é que precisa haver um horizonte de tempo, planejamento, não é uma transição da noite para o dia, mas precisa acontecer e tem que ter um prazo. E, se planejarmos onde estamos hoje e onde estaremos em 20 anos - e não 45 anos -, então podemos começar a pensar sobre quais os investimentos que valem a pena fazermos ou não. Não podemos pensar só na receita que vem hoje. Mas, claro, no caso específico do Brasil, mas não apenas para o Brasil, as receitas de combustíveis fósseis são importantes para o desenvolvimento econômico; não podemos ser ingênuos. Mas é preciso que haja um plano de substituição.

Valor: Não é contraditório querer ter os dois?

Frédéau: Se o Brasil quiser se tornar um hub climático, haverá receitas adicionais. Se houver mercados de carbono vinculados a serviços naturais, por exemplo, a Amazônia será vista não como uma fonte de combustível fóssil, mas de conversação florestal. O que não dá é para ter os dois, mesmo. Não vai conseguir dizer que tem serviços naturais e, ao mesmo tempo, cavar buracos e destruir a floresta. Deve ser uma escolha. E a escolha pela conservação será óbvia quando conseguir precificar para justificar que, progressivamente, será uma fonte de receita importante ao país. Mas o dilema sobre como fazer os dois vai persistir nos próximos anos. Acredito no debate sobre "trade-offs" e não pode ser uma decisão de uma só pessoa.

Valor: A exploração de minerais críticos, importantes

para a transição energética, é outro tópico em desenvolvimento. O impacto ambiental é inevitável, mas, neste caso, outros fatores também estão envolvidos, como a geopolítica, com as guerras atrapalhando a segurança da cadeia, e a China concentrando 90% do refino. Como o senhor vê o futuro deste setor?

Frédeau: A escassez de minerais e a capacidade de refino trazem à tona a questão de que tipo de cadeia de suprimentos você quer. Assumindo que seremos ainda capazes de extrai-los da terra de maneira aceitável, caso contrário a discussão acaba aqui, acreditamos que haverá uma reorganização das cadeias de suprimentos. É possível que blocos de países trabalhem juntos. Provavelmente haverá uma evolução em que não compraremos mais apenas da China e vamos reconstituir as cadeias de valor. E não apenas de minerais, mas de outros itens da transição energética. Estamos começando a fazer isso com baterias elétricas na Europa e nos Estados Unidos e faremos o mesmo com a cadeia de valor das turbinas eólicas offshore, das turbinas onshore e dos painéis solares. Mesmo que custe mais. Porque não podemos depender de um único país. E haverá grupos de países para fazer estruturar essas cadeias de suprimentos e deixar de comprar da China. Os países terão que decidir de que lado se posicionarão. Acredito em clusters. E, a propósito, não acho que haverá escassez, pois existem minerais. A questão, porém, é o custo e a capacidade de fazer isso de forma correta.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Mais três ministérios entram na mira de Lula

» **VICTOR CORREIA**

O carnaval trouxe novidades no cenário para a **reforma ministerial** - especialmente a possibilidade de o deputado federal Guilherme Boulos (PSol-SP) ocupar uma vaga no Palácio do Planalto.

Porém, a depender das conversas nos bastidores de Brasília, a mudança pode ser mais profunda nos próximos dias. Ministérios como o das Mulheres, o da Ciência e Tecnologia, e o do Desenvolvimento Agrário devem ser alterados na reforma, após a posse dos novos ministros já confirmados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: Gleisi Hoffmann, na Secretaria de Relações Institucionais (SRI), e Alexandre Padilha, ex-SRI, no Ministério da Saúde. Ambos assumem o cargo na segunda-feira.

A expectativa, inclusive entre aliados de Lula, é de que o presidente se aproxime do Centrão para garantir a governabilidade. O petista vive o pior momento de seus três mandatos em termos de popularidade e precisa alterar o cenário para ter chances de emplacar a reeleição, ou um sucessor, em 2026.

Há dúvidas, porém, se esse será o caminho escolhido pelo chefe do Executivo, ou se ele vai aprofundar a participação da esquerda e de seu próprio partido na gestão.

Uma das trocas consideradas é a do Ministério das Mulheres, ocupado por Cida Gonçalves. Ela sofreu uma série de acusações de assédio moral de servidores da pasta, incluindo supostos casos de racismo e discriminação.

Segundo os relatos, teriam havido gritos e ameaças de demissão contra os funcionários, com acusações também contra a secretária-executiva do ministério, Maria Helena Guarezi. As denúncias chegaram à Controladoria-Geral da União (CGU), que as enviou para a Comissão de Ética da Presidência - que decidiu arquivar a denúncia. Cida também nega as acusações.

Mesmo assim, o desgaste colocou a ministra como uma das que devem deixar o governo nos próximos dias, como ocorreu com Nísia Trindade, ex-ministra da Saúde. Uma ala do PT defende que o Ministério das Mulheres fique com a senadora Teresa Leitão (PT-PE), mas a principal cotada para substituí-la no momento é a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Luciana Santos. A troca abriria caminho para que um integrante do Centrão assumira

MCTI, pasta que possui orçamento considerável, de R\$ 16,6 bilhões em 2025, contra apenas R\$ 240 milhões do Ministério das Mulheres.

Nesse caso, o partido com maior interesse é o PSD, que, apesar de já comandar três pastas, quer uma com maior projeção do que o Ministério da Pesca, chefiado por Alexandre de Paula. Há dúvidas, no entanto, se Lula vai realmente incorporar mais partidos de centro em sua Esplanada, já que as sinalizações mais recentes vão na direção contrária, com a nomeação de Gleisi e a eventual entrada de Boulos no governo - ele assumiria a Secretaria-Geral de Governo, cuja responsabilidade é dialogar com movimentos sociais.

A pasta, hoje, é comandada pelo petista Márcio Macêdo.

Tabata Amaral Outra possibilidade ventilada é colocar a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) à frente da Ciência e Tecnologia, o que seria uma forma de atender aos pedidos do PSB por maior participação no governo e também prestigiar o prefeito do Recife, João Campos, de quem Lula vem se aproximado nos últimos meses - Campos namora a deputada federal e também é filiado ao PSB.

Também considerado demissionário por muitos é o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário. A atuação à frente da pasta é alvo de críticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que acusam o governo de não cumprir a promessa de seguir com a reforma agrária.

Segundo o movimento, na prática, nenhuma nova família foi assentada desde o início do mandato. Lula também demonstrou insatisfação a aliados com o desempenho do ministro. Atualmente, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), é considerado como um possível substituto, assim como o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto.

Lula recebeu Teixeira ontem para uma reunião na Granja do Torto, de onde despachou durante o dia. Os dois acertaram os detalhes de um evento, amanhã, em Minas Gerais, quando visitam o Quilombo Campo Grande, e farão o anúncio da entrega de 12 mil lotes para famílias do movimento em todo o país, além de novas políticas de crédito e renegociação de dívidas para os produtores rurais. Será a primeira vez que

Lula visitará um assentamento do MST neste mandato.

Ação contra Marinho.

O ministro Sérgio Kukina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acolheu parcialmente agravo do ministro do Trabalho, Luiz Marinho (PT), para anular o acórdão dos embargos de declaração proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) em caso de nepotismo cruzado contra o integrante do governo Lula.

A ação volta para São Paulo.

De acordo com Kukina, o TJ -SP deverá se manifestar sobre o ponto "aqui considerado omitido".

No caso, a Corte paulista deverá apontar nos embargos sobre a presença ou não de "dolo com finalidade ilícita por parte do agente". O apontamento se refere ao novo texto da Lei de Improbidade Administrativa (LIA) que, desde 2021, determina que a condenação por ato improprio deve ocorrer em casos de comprovado dolo dos envolvidos.

Em novembro de 2022, a 8ª Câmara de Direito Público do TJ -SP condenou Marinho, ex-prefeito de São Bernardo do Campo, e Carlos Alberto Grana (PT), ex-prefeito de Santo André, por improbidade administrativa decorrente da prática de nepotismo cruzado para a contratação de duas parentes (também condenadas pelo ocorrido), informou o TJ, à época. A pena aplicada é de multa equivalente a seis vezes a última remuneração, bem como impedimento de contratar com o poder público por 12 meses.

"Consta nos autos que, em 2015, a filha do prefeito de Santo André foi nomeada para exercer cargo comissionado em São Bernardo do Campo, enquanto a cunhada do prefeito de São Bernardo do Campo foi nomeada para exercer o cargo também comissionado em Santo André", informou a assessoria do tribunal. Todos negam a prática de nepotismo cruzado. Em primeira instância, a sentença foi improcedente por considerar que as filhas dos dois políticos apresentavam capacidade técnica para ocupar os cargos.

Apoio de João Campos.

Em entrevista durante o carnaval do Recife, João Campos comentou sobre a **reforma ministerial** e defendeu o presidente Lula. "Com a experiência que ele tem, o espírito público e o desejo de acertar, é natural que o governo faça um ajuste, e que ele vai liderar isso", frisou. Segundo o prefeito, o que o petista decidir, será pensando em acertar.

Gleisi e Padilha iniciam transição na secretaria

A nova ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, se reuniu, ontem, com seu antecessor na pasta, Alexandre Padilha, que recentemente foi escolhido para o Ministério da Saúde. O objetivo foi tratar sobre a transição na articulação política do governo.

Este é o primeiro de vários encontros para discutir sobre o assunto, afirmou Padilha em uma publicação na plataforma X, na qual ele postou uma foto sentado ao lado de Gleisi. Segundo ele, os dois conversaram sobre o andamento de ações no "Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, na Secretaria de Assuntos Federativos, além da nossa agenda prioritária no Congresso Nacional, construída em parceria com os ministros e ministras no início deste ano".

Tal agenda, escreveu o ministro da Saúde, "reflete nosso compromisso em votar projetos que construirão uma economia mais justa para o Brasil, como a Reforma da Renda". Além disso, promove "o empreendedorismo, o investimento, a educação como eixo central do desenvolvimento, o protagonismo no enfrentamento das mudanças climáticas, a proteção das famílias e dos negócios no ambiente digital, além da defesa da justiça social e da democracia", acrescentou Padilha.

"Este é apenas o começo de uma série de reuniões que farão parte dessa transição, sinalizando o início de um grande trabalho sob a liderança da nossa presidenta- ministra", arrematou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou Gleisi para a SRI na última sexta-feira. A posse da deputada federal e presidente do PT está marcada para segunda-feira.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/03/06/all.pdf>

Lula começa reforma pela "cozinha" e dá prioridade à isenção do IR

Passado o Carnaval, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve concluir nas próximas semanas a **reforma ministerial**. As trocas começaram na cozinha do Palácio do Planalto, com Sidônio Palmeira na Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social) e Gleisi Hoffmann na Secretaria de Relações Institucionais (SRI) no lugar de Alexandre Padilha, que vai para a Saúde. Nas últimas horas, aumentaram os rumores da nomeação de Guilherme Boulos (Psol-SP) para substituir de Márcio Ma-cêdo, na Secretaria-Geral, outro ministério palaciano.

Em meio à lentidão de Lula para fazer as mexidas, há apenas uma certeza entre os auxiliares do presidente: o PSD da Câmara deve ganhar um ministério. A sigla já sinalizou ao presidente que não se interessa por Ciência e Tecnologia, atualmente com Luciana Santos (PCdoB). O partido de Gilberto Kassab pode ser contemplado com o Turismo, hoje ocupado por Celso Sabino (União Brasil). A legenda de Sabino e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pode ir para Ciência e Tecnologia.

Ainda em relação ao núcleo político, outra sugestão é que o presidente nomeie um quadro do Cen-trão para o cargo de líder do governo na Câmara, no lugar do deputado José Guimarães (PT-CE). O mais cotado é o líder do MDB, deputado Isnaldo Bulhões (AL).

Em relação a Boulos, as opiniões se dividem, inclusive no Psol. A favor da indicação, os argumentos são de que Lula tem apreço pelo candidato a prefeito de São Paulo derrotado em 2024, e acredita que é um quadro da esquerda cujo capital político não deve ser desvalorizado. No ministério, Boulos voltaria aos holofotes, contribuiria para fazer a disputa política em defesa do governo, e para dar novo ânimo à articulação com os movimentos sociais, como liderança do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e capacidade de engajamento nas redes sociais.

Contra a ida de Boulos ao ministério, a percepção é de que ele enfrentaria obstáculos no Psol, porque uma ala do partido é contra apoiar o governo Lula. No entanto, o Psol já tem uma cadeira na Esplanada, com o Ministério dos Povos Indígenas, cuja titular é Sonia Gua-jajara. Outra avaliação é de que acentuaria a imagem de esquerda radical no Palácio do Planalto, ao lado de Gleisi, embora ele tenha apresentado um

perfil moderado na campanha eleitoral de 2024.

Em outra frente, um interlocutor de Macêdo avalia que Lula deu sinalizações de que não pretende substituir o auxiliar. Ele vem desempenhando várias missões para o presidente, como os preparativos para o evento social que ocorrerá paralelo à COP30 em Belém em novembro, e a interlocução com a população atingida pela tragédia de Mariana (MG), que receberá a primeira parcela, no valor de R\$ 5 bilhões, do acordo de indenização com as mineradoras.

Quanto à interlocução com o Congresso, um grupo de aliados defende que Lula tire do PT a liderança do governo na Câmara, para dar o cargo para o MDB. Isnaldo Bulhões é muito próximo do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do ministro dos Transportes, Renan Filho. A eventual troca, entretanto, não agradou lideranças do Centrão, já que o bloco reivindicava, na verdade, o ministério da articulação política, que ficará com Gleisi Hoffmann.

Enquanto Lula conclui a **reforma ministerial**, o governo ajeita a pauta de prioridades para o Congresso, com projetos cruciais para que ele tenha governabilidade no último biênio de mandato e aumente suas chances de reeleição.

No início de fevereiro, a equipe econômica apresentou ao Congresso uma agenda com 25 itens prioritários para tramitação em 2025. O principal ponto na agenda legislativa, até o momento, é o projeto que vai isentar de Imposto de Renda quem tem vencimentos de até R\$ 5 mil ao mês. O maior entrave ao Congresso será a aprovação da medida compensatória, já que, nos cálculos do Ministério da Fazenda, a renúncia de receita será de R\$ 35 bilhões ao ano. O governo estuda implementar um imposto mínimo para quem tem rendimentos superiores a R\$ 50 mil.

Lideranças do Congresso, no entanto, já se manifestaram de forma contrária à proposta, vista pelo governo como a principal aposta para ativar a economia, ampliar a renda disponível e favorecer, principalmente, a classe média. Sindicatos que representam auditores estimam que cerca de 36 milhões de contribuintes podem ser favorecidos e também apontam para uma renúncia de receita maior do que a estimada pela Fazenda.

No curto prazo, ainda há o desafio da aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, que está em tramitação na Comissão Mista de Orçamento (CMO). A equipe econômica estima que, com a homologação pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do plano de trabalho para dar transparência às emendas parlamentares, a peça orçamentária deve ser destravada nas próximas semanas.

Com a aparente solução momentânea do impasse entre Legislativo e Judiciário e a **reforma ministerial** começando a andar, a tendência é que os trabalhos no Congresso ganhem tração. Na terça-feira (11), a CMO realizará uma reunião onde o relator da Ploa, senador Ângelo Coronel (PSD-BA) apresentará aos parlamentares em que estágio está o seu parecer. A votação, no entanto, só deverá ocorrer na semana do dia 17.

Coronel espera que o texto seja votado na CMO no dia 17 e no plenário no dia 18. Ele já alinhou para que Alcolumbre convoque uma sessão do Congresso para o dia seguinte da votação no colegiado.

Ainda do ponto de vista orçamentário, a equipe econômica ainda aposta na tramitação de duas propostas que fizeram parte do pacote de gastos e não avançaram ao final do ano passado: o limite aos supersalários no Poder judiciário e as mudanças nas regras de aposentadoria para os militares.

Coronel ainda aguarda um ofício do Ministério do Planejamento solicitando a inclusão na peça orçamentária da ampliação do vale-gás, anunciado por Lula para atender mais de 20 milhões de pessoas. A previsão no texto enviado pelo Executivo é de R\$ 600 milhões, mas o montante dedicado ao benefício pode chegar a R\$ 3,4 bilhões.

Apesar da indefinição sobre o vale-gás, o programa Pé-de-Meia não deve entrar no relatório de Coronel, sendo inserido no Orçamento após o prazo de 120 dias dado

pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em um projeto de lei do Congresso Nacional. (Andréa Jubé, Fabio Mnrakawa, Guilherme Pimenta, Caetano Tonet, Murillo Ca-mamtto e Marcelo Ribeiro)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Previdência também precisa de reformas, mas... (Artigo)

Roberto Macedo

Roberto Macedo ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD), É CONSULTOR ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Venho insistido muito na ideia de que a queda dos investimentos públicos tem tido papel muito importante ao fragilizar também o crescimento econômico do País desde a década de 1980. Nesse processo, atua muito forte a política populista do governo federal, com o presidente sempre expandindo gastos sociais em prejuízo dos investimentos em infraestrutura. Não que seja contra esses gastos, mas deveriam estar em harmonia com esses investimentos.

Hoje abordarei a questão dos dispêndios previdenciários, que vêm se expandindo fortemente, mas aí o populismo político surge não com mais gastos, mas numa nova roupagem, a falta de coragem para propor reformas na Previdência de modo a capitalizá-la, uma vez que uma causa fundamental é o envelhecimento da população.

O economista Raul Velloso vem se destacando na análise da Previdência e passou-me dados que mostram que a população idosa, com mais de 65 anos, cresceu 264,3% entre 1987 e 2024, enquanto a População em Idade Ativa (PIA), com idades entre 15 anos e 65 anos, os contribuintes, subiu 76% no mesmo período. A previsão para 2050 é de que essas taxas serão de 678,6% e 65,4%, respectivamente.

Segundo Velloso, o "(...) super- rápido envelhecimento da população brasileira (idosos versus PIA) está provocando a disparada dos gastos previdenciários e a desabada dos investimentos em infraestrutura" - afirmação que comprovou com dados, que revelaram ainda que o maior crescimento desses gastos ocorre nos municípios. Outros dados mostram a associação entre a queda dos investimentos públicos em infraestrutura e menor crescimento do **PIB** no período pós-2013.

Um caso recente evidencia também uma forma pela qual os investimentos públicos caem. O governo Lula anunciou que vai haver uma liberação de depósitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**). Estima-se que isso alcançará a expressiva cifra de R\$ 12 bilhões. Ora, o **FGTS** é poupança do trabalhador e

seus recursos deveriam ser investidos para lhe garantir um rendimento e a manutenção dessa poupança para casos de desemprego e aposentadoria.

Mas o governo, de olho nas eleições, está liberando para consumo.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) "(...) reforçou sua preocupação com a sustentabilidade do **FGTS** e os impactos da medida no financiamento habitacional.

A entidade argumenta que a liberação de saques extraordinários compromete uma poupança essencial para o investimento em moradia e infraestrutura no País. Desde a criação do **saque-aniversário**, em abril de 2020, aproximadamente 37 milhões de trabalhadores aderiram à modalidade, movimentando R\$ 141,9 bilhões até dezembro de 2024. De acordo com a Cbic, caso esses recursos tivessem sido investidos na construção civil, teriam viabilizado 2 milhões de moradias e gerado cerca de 6 milhões de empregos" (Fonte: site da Cbic).

A Previdência também tem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a cargo do **INSS**, que, assim como outros benefícios sociais, tem problemas de cadastro. Recentemente, o BPC foi alvo de investigação do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo a matéria TCU revela pagamentos indevidos do BPC com custo de R\$ 5 bi por ano e pede que **INSS** corrija falhas (Estadão, 26/2), o TCU fez "uma série de determinações e recomendações para o governo federal corrigir falhas que estão gerando pagamentos indevidos do BPC. O julgamento foi baseado em auditoria da área técnica (...) segundo a qual os problemas podem custar R\$ 5 bilhões por ano aos cofres da União (...) A auditoria revelou que foram identificados 6,7 mil casos de acumulação indevida de benefícios com um impacto financeiro anual estimado em R\$ 113,5 milhões (...) Foram constatados ainda 2,5 mil beneficiários possivelmente falecidos e outras 31,1 mil inconsistências nos registros dos dados cadastrais dos titulares de BPC e seus respectivos familiares. O BPC garante o auxílio de um salário mínimo para pessoas idosas e com deficiência que estão em condição de vulnerabilidade social".

O caso da Previdência é que ela precisa de reformas.

Em entrevista ao vivo à revista Exame - alguns trechos da qual foram reproduzidos por este jornal no dia 25 de fevereiro passado -, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, disse ser irrefutável a avaliação de que o Brasil precisará passar por diversas reformas na Previdência ao longo do tempo. Apontou também que, além do envelhecimento da população, há o efeito do aumento da expectativa de vida, que mantém os segurados por mais tempo na folha de beneficiários. Contudo, não há notícias de que o governo esteja elaborando um projeto de reforma, o qual seria impopular, pois, em geral, envolve um aumento da idade de aposentadoria.

Obviamente, isso não está na pauta de Lula. Sempre de olho na reeleição, conforme o Estadão mostrou (3/3), ele tem é um pacote de "bondades", cujas principais medidas incluem "(...) isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a oferta de crédito para a população e o gás de graça para 22 milhões de brasileiros". Para o crescimento econômico brasileiro, nada.

Há também outros problemas além do crescimento da população idosa e da expectativa de vida

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Começa nesta quinta pagamento especial do saque-aniversário do FGTS

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil

Os trabalhadores que aderiram ao **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) e foram demitidos sem justa causa de janeiro de 2020 até o fim de fevereiro deste ano começam a receber, nesta quinta-feira (6), o saldo integral dos depósitos dos antigos empregadores. O dinheiro estava bloqueado para quem optou por essa modalidade de saque, mas foi liberado por uma medida provisória (MP) .

Recebem nesta quinta os trabalhadores nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril e quem vinculou a conta bancária ao aplicativo **FGTS**, da Caixa Econômica Federal. Nessa etapa serão feitos pagamentos de até R\$ 3 mil. Quem tem saldo retido maior que esse valor receberá a diferença em junho.

A MP que permitiu o saque antecipado foi publicada na última sexta-feira (28) no Diário Oficial da União . Ao todo, serão beneficiados 12,1 milhões de trabalhadores, que receberão R\$ 12 bilhões. O governo esclareceu que a MP é excepcional e retroativa, não beneficiando os futuros demitidos.

Os trabalhadores dispensados sem justa causa a partir de março e que optaram pelo **saque-aniversário** continuarão a ter o saldo retido, recebendo apenas a multa rescisória de 40%. As demais regras do **saque-aniversário** não foram alteradas.

Entenda a nova rodada de saques do **FGTS** para quem tem **saque-aniversário** .

Dos 12,1 milhões de trabalhadores beneficiados, apenas 2,5 milhões vão ter direito ao saldo integral dos depósitos feitos pelos antigos empregadores no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**). Os 9,6 milhões restantes terão descontada a antecipação do **saque-aniversário**, tipo de empréstimo oferecido por instituições financeiras.

O dinheiro será pago pela Caixa Econômica Federal em duas etapas: uma em março e outra em junho . Quem cadastrou a conta bancária no aplicativo **FGTS**, cerca de 85% do público-alvo, receberá independentemente do mês de nascimento.

Calendário

Valores até R\$ 3 mil

6 de março: nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril e quem vinculou a conta bancária ao aplicativo **FGTS**;

7 de março: nascidos em maio, junho, julho e agosto;

10 de março: nascidos em setembro, outubro, novembro e dezembro.

Valores acima de R\$ 3 mil

Diferença entre os R\$ 3 mil sacados em março e o restante do saldo bloqueado;

17 de junho: nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril e quem vinculou a conta bancária ao aplicativo **FGTS**;

18 de junho: nascidos em maio, junho, julho e agosto;

20 de junho: nascidos em setembro, outubro, novembro e dezembro.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-03/comeca-nesta-quinta-pagamento-especial-do-saque-aniversario-do-fgts>